**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ERIKA SANTOS DE ARAGÃO**

# ECOTURISMO, UMA ALTERNATIVA DE TURISMO PÓS-FORDISTA

**SALVADOR**

**1999**

**ERIKA SANTOS DE ARAGÃO**

# ECOTURISMO, UMA ALTERNATIVA DE TURISMO PÓS-FORDISTA

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: ANDRÉ GARCEZ GHIRARDI

**SALVADOR**

**1999**

## RESUMO

O estudo Ecoturismo, uma alternativa de turismo pós-fordista tem o objetivo de mostrar como se deu a transição do turismo de massa, instalado na segunda metade deste século, para o turismo segmentado, a partir dos anos setenta, quando a atividade turística passou por um processo de diversificação e flexibilização, abandonando a padronização e a rigidez do modelo turístico fordista; e como, neste contexto, despontou o ecoturismo, cuja proposta é aliar turismo e preservação da natureza.

## AGRADECIMENTOS

Devo uma agradecimento especial ao professor André Ghirardi, orientador e amigo, sem o qual não seria possível a conclusão deste trabalho.

Ao professor Luiz Filgueiras, que forneceu uma parte decisiva da bibliografia deste estudo.

À Daniella Bahiense, amiga querida, que ouviu com paciência minhas lamentações neste período de angústia.

Às “meninas” da secretaria do mestrado, especialmente Sueli Sá, que sempre esteve disposta a colaborar; e também à Joana Guedes e Valdinéia Veloso, que desde o início do curso me ajudam na confecção dos trabalhos acadêmicos.

A Vítor Santos, que deu forma a este produto.

A Vítor de Athayde Couto e Ihering Guedes, por aceitarem compor a banca examinadora, e consequentemente ler e contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho.

E sobretudo a Paulo Henrique e Letícia, que me toleraram nestes últimos meses.

**SUMÁRIO**

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**1 INTRODUÇÃO.....5**

**2 A AÇÃO HUMANA SOBRE A NATUREZA..... .....8**

2.1 O IMPACTO DA TECNOLOGIA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS.....10

2.2 A ERA DE OURO: CONSTRUÇÃO E DEGRADAÇÃO.....18

**3 FORDISMO: OS LIMITES DA MASSIFICAÇÃO..... .....21**

3.1 OS SUBPRODUTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....28

3.2 O RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DO CAPITAL NATURAL.....31

**4 DO TURISMO DE MASSA AO TURISMO PÓS FORDISTA.....38**

4.1 ECOTURISMO: UMA VIAGEM RESPONSÁVEL.....45

4.2 O SIGNIFICADO ECONÔMICO DO ECOTURISMO..... 47

4.3 O ECOTURISMO E A POLÍTICA DE TURISMO NACIONAL.....50

4.4 O ECOTURISMO E A POLÍTICA BAIANA DE TURISMO:
UM BREVE PANORAMA.....54

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....57**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....60**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**TABELAS**

TABELA 1.....13

TABELA 2.....16

TABELA 3.....19

TABELA 4.....49

**QUADROS**

QUADRO 1.....44

QUADRO 2.....52

DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1.....25

DIAGRAMA 2.....40

# 1 INTRODUÇÃO

O modo de produção instaurado com a primeira revolução industrial, no final do século XVIII, baseou-se na exploração intensiva do sistema natural. Mas foi a partir da segunda metade do século XX, que o meio ambiente sofreu maior pressão.

A intensificação da exploração do meio ambiente que ocorreu a partir da segunda grande guerra, os desdobramentos e crises da sociedade de consumo e possíveis alternativas de desenvolvimento só podem ser vislumbrados se inseridos no modelo de produção dominante no período, o fordismo, responsável pela generalização da produção e do consumo de massa.

A característica básica do modelo fordista que permitiu a ampliação do consumo dos trabalhadores foi a incorporação de parte dos ganhos de produtividade, provenientes das inovações técnicas e organizacionais, aos salários. Porque a produção em massa, exigia consumo de massa.

A elevação dos salários e a massificação da produção não só elevou o nível de consumo como modificou sua estrutura: foi generalizada a compra de novos bens duráveis e serviços antes restritos às classes privilegiadas, porque os assalariados passaram a dispor de uma parcela maior da sua renda para o consumo de bens e serviços não essenciais.

Assim, o turismo, enquanto atividade econômica de peso na economia mundial, só despontou após a segunda guerra mundial. Os ganhos de produtividade incorporados aos salários, no pós guerra, o desenvolvimento dos transporte e dos meios de comunicação possibilitaram que a atividade turística, antes restrita a uma minoria, fosse difundida a uma parcela significativa da população.

O turismo praticado pela classe média em ascensão nas três décadas subsequentes ao pós guerra, enquanto padrão de produção e de consumo, reproduziu o modelo fordista fabril: produção e consumo em massa de produtos indiferenciados, atuando de forma intensiva sobre a natureza. Em se tratando do turismo, essa despreocupação com o

meio ambiente traduziu-se na redução dos retornos dos empreendimentos turísticos, porque a atividade turística depende diretamente dos recursos ambientais envolvidos no oferecimento do serviço.

A generalização dos movimentos ambientalistas e os novos padrões da demanda, a partir da década de setenta, apontaram para novas condições do mercado e da competitividade.

Desde então, a atividade turística tem por um processo de diversificação e flexibilização, abandonando a padronização e a rigidez do modelo fordista de turismo. A onda de regulação ambiental datada desta década, em nível mundial, instaurou a questão ambiental nas decisões de consumo. A regulação ambiental - assim como a qualidade e a diferenciação - passou a selecionar mercados. Ou melhor, a escolha de produtos e serviços menos danosos ao meio ambiente consistia numa diferenciação que se traduzia na melhoria da qualidade de vida.

Isso fez que emergissem formas menos intensivas de turismo, à medida que a preservação do meio ambiente passou a ser uma exigência de mercado. Nessa perspectiva, nasceu o ecoturismo, cuja proposta é aliar turismo e preservação ambiental. A integração da atividade turística, com ênfase a incorporação do meio ambiente na demanda tem se materializado via maior crescimento do turismo de natureza em relação ao turismo total.

O objetivo desse trabalho é descrever o processo de diversificação da atividade turística, com ênfase para o ecoturismo e verificar como o Brasil, particularmente a Bahia, tem buscado adaptar-se às novas exigências da demanda, que se encontra mais exigente e busca um produto diferenciado. Para tanto, no segundo capítulo faz-se um breve histórico da apropriação da natureza pelo homem, notadamente na segunda metade deste século. Considera-se esse histórico importante porque os movimentos ambientalistas da década de setenta, e o ecoturismo em particular, são fruto da exploração do meio ambiente pelo homem ao longo de sua história.

No terceiro capítulo descreve-se, em linhas gerais, o que foi o modelo fordista, como sua difusão acentuou a destruição do meio ambiente, sua crise e como a generalização dos movimentos ambientalistas apontaram para novas condições de mercado e competitividade.

Finalmente, no quarto capítulo, mostra-se como a crise do fordismo e os movimentos ambientalistas atuaram para determinar a segmentação do mercado das viagens de lazer, com ênfase para o crescimento do turismo de natureza. Nesse sentido, expõe-se a importância econômica desse segmento na atividade turística global, bem como sua inserção na política brasileira de turismo.

# 2 A AÇÃO HUMANA SOBRE A NATUREZA

Para que seja compreendida a origem da preocupação do homem com a natureza é necessário, antes, compreender a singularidade de sua ação. Ao contrário dos outros animais, ele não retira da natureza apenas os meios necessários à sua sobrevivência imediata, mas também para satisfazer necessidades que são socialmente determinadas, como por exemplo, o consumo gerado pelo modismo.

Sendo a ação do homem socialmente determinada, o seu impacto sobre a natureza varia tanto numa mesma época - devido aos diferentes estágios das sociedades - quanto ao longo da história. Depende do modo de produção, da estrutura de classes e de todos os aspectos sociais, políticos e econômicos inerentes às sociedades humanas.

O desenvolvimento das forças produtivas, o nível de "organização" das sociedades e os alicerces teóricos que respaldam a dominação do homem já promoviam considerável impacto sobre a natureza na antigüidade clássica. Assim, por exemplo, os romanos devastaram vastas áreas do mundo por eles conquistado para a construção de estradas[1], além da extração de madeira para o uso nas construções e como combustível (*Thomas*, 1998).

No início da Idade Média, a base agrária da economia e a organização da sociedade predominantemente no espaço rural, fizeram com que os centros urbanos não sofressem grandes pressões populacionais. Mesmo com técnicas agrícolas baseadas em queimadas e o uso generalizado de lenha e carvão, o impacto da ação humana, apesar de destrutivo, parece não ter atingido níveis que contemporâneos de comprometimento do equilíbrio natural.

No século XIII, grande parte dos fenômenos tecnológicos eram ainda rurais. O aproveitamento da energia hidráulica no campo criou condições favoráveis para a manutenção e a expansão das fiações e tecelagens, antes bastante artesanais. No

[1] Por isso o provérbio: "Todos os caminhos levam a Roma"

entanto, nas cidades, o progresso dos ofícios era mais acelerado. As manufaturas urbanas de couro e tecelagem especializaram-se nas produções destinadas à comercialização, voltadas para os consumidores de maior poder aquisitivo e mais exigentes e, mais cedo que as indústrias rurais, foram integradas financeiramente ao sistema de empresa.

Até o final da Idade Média, a unidade produtiva básica continuava sendo familiar. Com exceção de indústrias muito particulares, que exigiam canteiros de obra (como a construção naval em Veneza e as minas de ferro da Transilvânia e da Polônia, que empregavam milhares de trabalhadores) quase não existia concentração de trabalhadores.

A partir de meados do século XV, a atividade econômica passou a centrar-se no meio urbano. A ascensão da economia mercantil, associada à estagnação ou declínio dos preços agrícolas, deslocou a população para os centros comerciais. Desde então, a pressão sobre as cidades não parou de crescer, e junto com ela, a pressão sobre o meio ambiente.

O limitado nível de desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história pré-capitalista permitiu que se mantivesse a falsa impressão da existência de recursos naturais em quantidade ilimitada para suprir o permanente crescimento das sociedades humanas (Lago, Pádua, 1989).

O desenvolvimento dos mercados interno e externo, ampliados com as "descobertas" marítimas do século XVI, e consequente ampliação das trocas estimularam o aumento da produção: em princípio, nas formas tradicionais (manufatura, trabalho em domicílio etc.), depois, com novas técnicas e no âmbito da fábrica, utilizando crescentes fontes de energia.

Esse progresso, iniciado com a manufatura, culminou na Revolução Industrial, no final século XVIII. A grande indústria, baseada na exploração da natureza, acelerou a apropriação dos recursos não renováveis. A industrialização capitalista em escala

mundial operou-se em três grandes fluxos: 1780-1880, 1880-1950, e de 1950 até dos dias atuais (Beaud, 1987).

No decorrer do século XIX foi essencialmente através da indústria mecanizada que se operou a extensão do modo de produção capitalista. Multiplicaram-se as fábricas que tiveram origem na Inglaterra no início do século.

Mas foi, sem dúvida, na segunda metade do século XX, com a generalização da produção e do consumo de massa, que a apropriação dos recursos naturais foi mais intensa, superando todos os períodos anteriores. O mais grave é que essa apropriação foi feita sem que houvesse preocupação com a exaustão desses recursos, deixando de haver compensação para o fornecimento de recursos básicos gerados pelo sistema natural.

## 2.1 O IMPACTO DA TECNOLOGIA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS

A Revolução Industrial, que ganhou força na Inglaterra a partir de 1760, foi baseada no progresso técnico da indústria têxtil, da mineração de carvão, da fundição de ferro e do domínio da máquina a vapor. A florescente economia industrial era urbana e altamente consumidora de energia e matéria-prima. Ela supunha um mercado em permanente expansão, produção contínua e crescente que garantisse o processo de acumulação do capital.

> "Somente na Inglaterra, em 1700, a produção de carvão era de 2.500.000 toneladas; em 1780 esse número passou a 6.425.000 e em 1800 a 10.000.000. Arranco facilitado pelo regime da propriedade (o proprietário do solo é proprietário do subsolo). O ferro foi produzido nesta época em maiores quantidades que no início do século XVIII: aproximadamente 17 a 25 mil toneladas de ferro bruto em 1720, 61 em 1788, ao qual é necessário acrescentar-se 16 mil toneladas importadas em 1720 para responder ao consumo e 50 mil em 1788. Esse surto parece devido ao crescente uso da máquina

> de *Newcomen* nas minas de carvão. Finalmente, as construções utilizando o ferro não cessam de se desenvolver: Em 1779 surgiu sobre o *Servern*, a primeira ponte de ferro. (...) Em 1787 foi construído o primeiro navio de ferro" (Mauro, 1973, p. 30).

Antes da experiência inglesa, outros países já haviam experimentado algum tipo de revolução tecnológica. O Egito da dinastia *ptolomaica*[2] já utilizava a força do vapor de água mas esta era fonte apenas de diversão. O mundo romano possuía um aparato técnico e tecnológico que propagou-se na Idade Média até os séculos XII e XIII, quando a Europa elevou consideravelmente suas fontes de energia, difundindo os moinhos de água que Roma tinha conhecido e os moinhos de vento, inventados posteriormente.

No século XIV, a fundição a coque[3] já tinha sido descoberta na China, contudo não se generalizou. No século XVI, todo um sistema de elevação, bombeamento e esgotamento de água foi instalado, mas não causou mudanças significativas no sistema produtivo. No século XVII, o uso do carvão mineral ampliou-se na Inglaterra, mas não se propagou e nem chegou a promover grandes transformações como no século XVIII. Isso só veio acontecer com a utilização do processo de coqueamento de Daby, o primeiro a empregar o coque num alto forno(Braudel, 1987).

Uma revolução tecnológica é um conjunto de condições, que leva a um rompimento com as bases tecnológicas vigentes, transformando o modo de vida da sociedade; e a revolução industrial, iniciada na Inglaterra, transformou o mundo. A propagação dos teares mecânicos acionados a vapor, aumentaram a produtividade do trabalho em sete vezes. Isso promoveu uma transformação na estrutura produtiva e a tecelagem manual do capitalismo manufatureiro acabou por ser substituída.

---

[2] Também conhecida como dinastia dos lágidas, que reinou sobre o Egito entre 304 a.C. e 30 a.C. Cleópatra VII foi a última soberana desta dinastia, quando o Egito foi dominado por Roma (*Larousse* Cultural, 1995*)*

[3] Coque metalúrgico: coque em pedaços relativamente grandes e principalmente muito resistentes à compressão, obtido a partir de carvão de boa qualidade, empregado nos fornos metalúrgicos, notadamente nos altos fornos. É empregado na fabricação de ferro fundido na proporção de 400kg por tonelada de ferro e como combustível nos fornos de fogo contínuo (*Larousse* Cultural, 1995).

O uso do vapor como fonte de energia não se limitou à indústria têxtil. Ele foi difundido na metalurgia baseada no coque, principalmente nas estradas de ferro onde a locomotiva, juntamente com os navios a vapor (máquinas a vapor móveis), no início do século XIX, juntaram-se à máquina a vapor fixa, já existente desde o século XVIII e responsável pelo incremento da produção industrial.

A evolução nos meios de transporte foi um requisito necessário ao desenvolvimento econômico industrial. Os trens eram muito mais rápidos que as diligências e tinham capacidade para um volume superior de mercadorias e mais tarde, de passageiros. Assim, reduziam significativamente os custos.

A agricultura também passou por mudanças. Na Inglaterra do século XIX, o uso de adubos químicos e o rodízio do solo em quatriênios aumentaram consideravelmente a produtividade agrícola. A área agrícola cultivada cresceu em função do desmatamento, que era intenso em toda a Europa[4]. Nos EUA, os mercados exteriores, principalmente o do algodão para tecelagem inglesa, estimularam o maquinismo agrícola: o arado de aço, as ceifadoras, segadoras e debulhadoras mecânicas substituíram os instrumentos agrícolas tradicionais.

Aos poucos o resto do "mundo" se industrializou. Mas a produção de apenas quatro países (Inglaterra, França, Alemanha e EUA), no século XIX, representava entre dois terços e três quintos da produção industrial mundial. Esse desenvolvimento industrial inaugura e acentua a ruptura em relação a milênios de produção predominantemente agrícola.

A tabela a seguir mostra a evolução da produção industrial desses quatro países no decorrer do século XIX

**Tabela 1**

Produções Industriais da Primeira Geração nos Quatro Principais Países Capitalistas

[4] Um milhão de hectares na Inglaterra e oito na França (Mauro, 1973, p.42)

| | *Grã-Bretanha* | *França* | *Alemanha* | *EUA* |
|---|---|---|---|---|
| fios de algodão (em milhões de libras) | | | | |
| 1830 | 250 | 68 | 16 | 77 |
| 1850 | 588 | 140 | 46 | 288 |
| 1870 | 1.101 | 220 | 147 | 400 |
| hulha (em milhões de toneladas) | | | | |
| 1800 | 10 | 1 | 1 | _ |
| 1830 | 16 | 2 | 1,7 | _ |
| 1850 | 49 | 5 | 6,7 | 7 |
| 1870 | 110 | 13 | 26 | 30 |
| fundição (em milhares de toneladas) | | | | |
| 1800 | 200 | 60 | 40 | _ |
| 1820 | 400 | 140 | 90 | 20 |
| 1840 | 1.400 | 350 | 170 | 180 |
| 1860 | 3.800 | 900 | 500 | 900 |
| potência das máquinas instaladas (em milhares de CV) | | | | |
| 1840 | 350 | 34 | 20 | nd |
| 1870 | 900 | 336 | 900 | nd |
| estradas de ferros construídas (em milhares de km) | 10,5 | 3 | 6 | nd |
| 1850 | 24,5 | 17,5 | 19,5 | 52 |
| 1870 | | | | |

Fonte*:* J. P. *Rioux, La Révolution Industrielle,* 1780-1880, pp. 67, 80, 93, 95 e 96. **Apud** Beaud, 1987, p.141.

O desenvolvimento da economia britânica esteve vinculado à expansão colonial. Por isso a conquista dos mercados exteriores foi muito importante para a economia inglesa no seu processo de industrialização. Os principais parceiros comerciais da Grã-Bretanha eram seus vizinhos europeus e os Estados Unidos, na América. O resto do mundo exportava basicamente produtos primários, para a Europa e Estados Unidos, abastecendo as indústrias nascentes (algodão, fundição e trilhos de estradas de ferro) e os mercados consumidores europeu e norte-americano.

O capitalismo cresceu em dois extremos: de um lado o mundo industrializado rico, detentor de tecnologia e do "direito" de apropriação das riquezas do mundo não industrial. Do outro, países agrários, fornecedores de matérias-primas para os países do norte e mercados consumidores de seus bens finais.

Mas não foi apenas a desigualdade entre países que reinou na evolução do capitalismo. Na mesma fábrica, os operários tinham longas jornadas de trabalho e eram mal remunerados, enquanto que os capitalistas expandiam seus domínios. O poder da burguesia desenvolveu-se com base na miséria da classe operária do século XIX, que era submetida a longas jornadas de trabalho e baixos salários. A classe trabalhadora sequer tinha dinheiro para se constituir em mercado consumidor dos produtos da industrialização. Foi esse tipo de exploração desigual que garantiu o crescimento do capitalismo industrial e com ele a exploração (também desigual) da natureza.

Ainda no século XIX, uma nova revolução tecnológica aprofundou ainda mais a dominação do homem sobre o meio ambiente. O advento do motor de combustão interna, a partir de 1862, conduziu, com a invenção do carburador, em 1889, ao motor a gasolina e posteriormente ao motor a *diesel*. Tais descobertas foram responsáveis pelo surgimento da indústria automobilística. Junto com ela nasceram uma série de outras atividades industriais. A fabricação de pneus de borracha para os automóveis fez crescer o extrativismo para a obtenção do produto e florestas foram derrubadas para a construção de rodovias para atender ao fluxo crescente de veículos. Mas foi sobretudo a indústria petrolífera a mais estimulada com o advento da indústria automobilística. O petróleo é o "motor" desta última: ele fornece desde os combustíveis até matérias-primas para construção de estradas.

O advento da indústria automobilística movida a petróleo foi um dos maiores responsáveis pela poluição no século XX. A instituição do modelo de produção em massa, instituído nesta indústria no final do século XIX, veio a modificar a estrutura produtiva e consumidora do mundo, notadamente na segunda metade do século XX, gerando a maior depredação do meio ambiente natural registrada na história. O carro

transformou o modo de vida no século XX, tornando-se determinante para a formação individual e coletiva de vida, sendo o símbolo da sociedade motorizada, por conseguinte, altamente consumidora de energia (Altvater, 1995).

Paralelamente, foram desenvolvidas inovações tecnológicas nas mais diversas áreas[5]. A eletricidade começou a ser utilizada devido a invenções como o gerador de corrente contínua, em 1883, e à lâmpada com filamento de carbono fabricada por Edison, posteriormente substituída pela lâmpada com filamento de tungstênio. Poderosas empresas desenvolveram-se nesse novo setor: produtoras de equipamentos de centrais elétricas, colocação de cabos, iluminação das cidades, transportes públicos eletrificados, motores elétricos etc.

A química também desenvolveu novos processos e novos produtos. A produção de alumínio passou de 75 toneladas em 1890, para mais de 50.000 em 1912. Os meios de comunicação avançaram com o advento do telégrafo, do telefone e depois do rádio. A indústria farmacêutica e de produtos agrícolas lançaram produtos cuja produção só foi possível graças ao desenvolvimento da indústria química. As indústrias de armamento também renovaram-se com o aço, os motores e novos explosivos Enfim, surgiu uma nova geração industrial, demandando novas fontes e quantidades crescentes de energia (Beaud, 1987, p. 219-221).

Na tabela a seguir pode-se observar que a exploração de petróleo se desenvolve basicamente a partir de 1900, apesar do carvão continuar preponderante como fonte de energia.

**Tabela 2**

[5] O número de patentes concedidas a cada ano ultrapassa 30.000 na Grã-Bretanha entre 1880 e 1887: ele é ainda superior a 10.000 em 1908. Nos EUA, ele passa de 14.000 em 1880 para mais de 36.000 em 1907; na França, de 6.000 em 1880 para 12.600 em 1907; na Alemanha, de 9.000 em 19000 para 12.000 em 1910 (Beaud, 1987, p.220).

Fontes Energéticas no Mundo*

| | *carvão* | *petróleo* | *gás natural* | *hulha*[6] *branca* | *total* |
|---|---|---|---|---|---|
| 1860 | 136 | 2 | _ | _ | 138 |
| 1880 | 310 | 6 | 3 | _ | 319 |
| 1900 | 735 | 28 | 10 | 5 | 778 |
| 1920 | 1.250 | 140 | 20 | 21 | 1.431 |

* Em milhões de toneladas para o carvão ou seu equivalente para os outros
Fonte: adaptado de *Histore générale du travail,* t. III, p. 223, **apud** Beaud, 1987, p.221.

Estes novos setores industriais desenvolvem-se com base na concentração de capital na forma de cartéis, trustes, monopólios e interpenetração entre capital industrial e bancário. É o desenvolvimento de um capital nacional em nível mundial. Esta nova forma de capitalismo, denominada imperialismo, que desenvolve-se no início do século XX, está na origem da Primeira Guerra Mundial - 1914-1918 -, que nada mais é do que a busca de novos espaços, de hegemonia econômica. A Primeira Guerra acentuou o declínio britânico, pois os produtos da primeira geração industrial estavam sendo sobrepujados por uma nova geração de produtos industriais, que se desenvolvia notadamente nos Estados Unidos.

Dessa forma, após a Primeira Guerra mundial, os Estados Unidos ocuparam a posição hegemônica da Inglaterra, passando a ser a primeira potência mundial. A renda nacional passou de 33 bilhões de dólares em 1914, para 61 bilhões em 1918. A indústria, fortalecida, passou a dominar a maioria dos setores: 75 milhões de toneladas (longas) de minério de ferro extraídas em 1917 e 555 toneladas (curtas) de carvão; em 1920 foram extraídas 60 de milhões de toneladas de petróleo, o que representava dois terços da produção mundial. A sua produção elétrica era equivalente à Européia e em 1920, eles produziam mais da metade da produção mundial de aço (algo em torno de 40 milhões de toneladas).

[6] energia gerada pelas quedas d'água.

Na indústria automobilística, o papel de *Henry Ford*[7] (1863-1947) foi decisivo para o aumento da produtividade. A instituição da esteira rolante nas linhas de montagem fez com que a produção crescesse rapidamente: duzentos mil automóveis em 1913, quinhentos mil em 1915, um milhão em 1919, dois milhões em 1923 e mais de cinco milhões em 1929, quando os lucros da indústria automobilística foram reduzidos, porque a Primeira Grande Guerra não conseguiu revolver os pontos de estrangulamento do sistema: uma produção crescente, devido às melhorias tecnológicas e inovações organizacionais, aperfeiçoadas nas linhas de montagem da indústria bélica, e uma demanda restrita. Assim, a crise de 1929 que desdobrou-se nos anos 30 foi uma crise de superprodução, porque a classe trabalhadora, exceto a empregada nas fábricas de Henry Ford, continuava sem usufruir dos ganhos de produtividade, o que significava que seus salários não eram suficientes para garantir a compra da produção industrial.

Essa crise acentuou ainda mais a decadência da hegemonia britânica pois atingiu principalmente os setores da primeira revolução industrial: a exploração de carvão, a metalurgia e a indústria têxtil. Por outro lado, as indústrias da segunda geração prosperaram: a indústria elétrica dobrou o número de assalariados entre 1924 e 1937, enquanto que a automobilística duplicou a sua produção entre 1929 e 1937, mesmo com o declínio da produtividade gerado pela crise.

Na primeira metade do século, o modelo instituído por Ford encontrou limitações para a sua expansão. O modelo fordista tinha como ponto de sustentação o aumento dos salários dos trabalhadores, mas estes ainda não possuíam representatividade para garantir que os ganhos de produtividade fossem transferidos para os salários. Como veremos a seguir, isso só veio ocorrer na segunda metade deste século.

---

[7] Instituiu um conjunto de métodos de racionalização da produção, baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a um produto, verticalizando-se. Para diminuir os custos, a produção deveria ser em massa, a mais elevada possível, e aparelhada com tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade do operário. O trabalho deveria ser altamente especializado, cada operário realizando determinada tarefa. E para ter boa produtividade, o trabalhador deveria ser bem remunerado e ter uma jornada de trabalho não muito longa. Os princípios *fordistas* foram amplamente difundidos, tornando-se uma das bases da organização industrial moderna (Sandron*i*, 1994, p. 144).

## 2.2 A ERA DE OURO: CONSTRUÇÃO E DEGRADAÇÃO

Apesar da história da humanidade ter sido feita a custas da degradação[8] ambiental, existe um consenso acerca de que foi depois da segunda grande guerra, particularmente durante o período de expansão conhecido como Anos Dourados (1945-1973), que o meio ambiente sofreu maior pressão.

Durante esse período, o mundo industrial, capitalista e socialista, cresceu a uma taxa explosiva. A produção de manufaturados quadruplicou entre o início da década de cinqüenta e o início da década de setenta. A produção agrícola também cresceu, embora em níveis mais modestos. A produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950-2 e 1980-2 e mais que duplicou na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático, sendo que as indústrias de pesca mundial triplicaram suas capturas, antes destas voltarem a cair (Hobsbawm, 1995).

O Produto Mundial Bruto cresceu 5,5% ao ano. Os fatores que deram origem a esse crescimento podem ser encontrados no dinamismo tecnológico sem precedentes, numa energia barata (o preço do barril de petróleo saudita custava, em média, menos de dois dólares durante esse período), na expansão da educação, na aplicação bem sucedida dos conceitos keynesianos de administração econômica e na crescente interdependência dos mercados. O crescimento japonês não teve precedentes históricos. Foi de mais de 10% ao ano de 1960 a 1973 e estava ainda se acelerando até fins dos anos 60, fazendo, assim, o país passar do estágio de semi-industrialização para a riqueza em apenas um quarto de século. (Williamson, 1989).

Nesse processo, a participação do mundo capitalista desenvolvido continuou preponderante: três quintos da produção industrial e dois terços do comércio mundial, sendo que os EUA representavam um terço da produção industrial mundial (Mauro, 1973). Essa superioridade pode ser observadas no número de automóveis em

[8] Alguma degradação é inerente à atividade humana. Contudo, nesse trabalho considera-se os níveis necessários de degradação (excluindo-se desperdícios) e a má distribuição dos seus frutos entre os países e entre a população de um mesmo país no processo de apropriação dos recursos naturais.

circulação que, nos EUA, é superior à quantidade na Grã-Bretanha, França, RFA e Japão juntos, ao longo da Era de Ouro, como mostra a tabela a seguir.

**Tabela 3**

Número de Automóveis em Circulação

nos Principais Países Capitalistas

| | *EUA* | *Grã-Bretanha* | *França* | *RFA* | *Japão* |
|---|---|---|---|---|---|
| número total* | | | | | |
| 1947 | 30,7 | 1,9 | 1,5 | 0,2 | 0,03 |
| 1957 | 55,7 | 4,2 | 4,0 | 2,4 | 0,02 |
| 1975 | 106,8 | 14,2 | 15,3 | 17,9 | 17,2 |

* Em milhões
Fonte: *W.W. Rostow, Les Étapes de la Croissance,* pp. 109-110 e 202-203, e INSEE, *Annuaire Statistique de la France,* 1979, **apud** Beaud, 1987, p. 319.

Tal crescimento foi baseado principalmente na elevação da produtividade do trabalho, que se sustentou no aumento dos meios de produção postos à disposição de cada trabalhador, o que implicou a intensificação do trabalho individual. A exploração do sobretrabalho foi amplamente aceita, principalmente na Europa e Japão, que tinham sofrido os danos da guerra e almejavam ascender ao consumo em massa, que os EUA já praticavam desde o período entre guerras. Entretanto, para compensar o trabalho exaustivo, os salários dos trabalhadores aumentaram nesse período. O salário-hora *per capita* elevou-se 7,9% ao ano no Japão entre 1955 e 1975, 6% na RFA nos anos 50 e 2,8% na Grã-Bretanha entre 1949 e 1971, enquanto que nos EUA esse crescimento foi de 2,5% ao ano entre 1948 e 1970 (Beaud, 1987).

A elevação dos salários e a massificação da produção não só elevou o nível de consumo como modificou sua estrutura: foi generalizada a compra de novos bens duráveis e serviços antes restritos às classes privilegiadas. Mais do que nunca se cultuava a crença de que o mundo era plástico, pronto para ser moldado segundo as necessidades humanas. O f*ordismo* espalhou-se por todos os continentes. Bens e serviços, antes acessíveis apenas a minorias, passaram a ser produzidos para um

mercado de massa, inclusive na atividade turística, notadamente no setor de viagens a praias ensolaradas.

> "Antes da guerra, não mais de 150 mil norte-americanos viajaram para a América Central ou o Caribe em um ano, mas entre 1950 e 1970, esse número cresceu de 300 mil para 7 milhões. Os números para a Europa foram, sem surpresa, ainda mais espetaculares. A Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até a década de 50, recebia mais de 44 milhões de estrangeiros por ano em fins da década de 80. O que antes era um luxo tornou-se o padrão de conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone" (*Hobsbawm*, 1995, p. 259).

Até final do século XIX, o turismo era uma atividade reservada aos ricos, ou seja, aos comerciantes abastados, industriais e proprietários de terra. A atividade era tão pouco disseminada que não existiam critérios e normas para preservar a economia e proteger os cidadãos que viajavam. Somente neste século foram criadas normas reguladoras para o funcionamento alfandegário; estabelecidos serviços de estatística para conhecer o número de viagens, o volume de viajantes e os níveis de produção, circulação e consumo dos bens e serviços (Andrade, 1992). Como será observado, a seguir, foi a estrutura fordista aplicada ao turismo, na segunda metade deste século, que permitiu que as viagens fossem acessíveis a uma camada maior da população.

Durante a história da humanidade, e em particular na Era de Ouro, a concepção de que os recursos naturais fossem inesgotáveis fez com que as políticas de desenvolvimento desses países dessem pouca atenção ao meio ambiente, quer como fonte de recursos básicos, quer como esgoto para receber resíduos das atividades de produção e consumo (Panayotou, 1994, p.16).

Esse tipo de concepção teve seu efeito mais dramático com a generalização do fordismo, quando a depredação da natureza foi maior que em todos os períodos anteriores da história da humanidade. Isso aconteceu porque a estratégia do fordismo

demanda grandes quantidades de energia, já que o vapor e depois a eletricidade substituíram a força de tração e de carga dos músculos humanos. Fontes energéticas biológicas perderam lugar para fontes fósseis. Isto, de um lado implicou o acesso a custos favoráveis de fontes fósseis de energia e, de outro, a existência de sistemas técnicos e organização administrativa aptos a usarem a energia na produção em massa. Portanto, o processo de aumento de produtividade do trabalho foi também um processo de utilização acelerada dos recursos naturais (Altvater, 1995).

## 3 FORDISMO: OS LIMITES DA MASSIFICAÇÃO

A intensificação da exploração do meio ambiente que ocorreu a partir da segunda grande guerra, os desdobramentos e crises da sociedade de consumo e possíveis alternativas de desenvolvimento só podem ser vislumbrados se inseridos no modelo de produção dominante no período, o fordismo, responsável pela generalização da produção e do consumo em massa.

Existem diferentes maneiras de conceituar o fordismo. Alguns autores usam esta designação como sinônimo de taylorismo, produção em massa, linha de montagem automatizada. Outros, entendem que fordismo significa todo um estilo de vida, de relações econômicas, políticas e sociais. Este segundo ponto de vista coincide com a abordagem pioneira de Gramsci nos anos 30 (Gramsci, 1976), na qual o fordismo é entendido como mais que um modelo fabril.

O fordismo, como surgiu no início do século, enquanto modo de regulação social e regime de acumulação econômica, se constituiu numa maneira de organização social, econômica, política, cultural e de relações com o meio ambiente. Segundo Altvater (1995), o fordismo permite demonstrar claramente o processo de criação de situações coerentes para satisfazer restrições sistêmicas. Ainda segundo esse autor, a formação e a dinâmica do sistema fordista podem ser descritas como um processo de sistematização, que compreende a fábrica, a administração, os operários e a economia como um todo, onde a racionalização do trabalho, na América, imprimiu a

necessidade de elaborar um novo tipo humano, compatível com o novo tipo de trabalho e de produção.

A crise dos anos 30 demonstrou que o sistema produtivo, baseado no trabalho desqualificado e mal remunerado não seria capaz de superar as crises de subconsumo. A racionalização taylorista[9] do processo de trabalho e a organização do processo de produção que permitiram a produção em massa, só seriam eficientes com a incorporação dos trabalhadores como consumidores, ou seja, a produção em massa pressupunha uma demanda de massa.

Na perspectiva de adequar os trabalhadores ao novo modelo de produção e de consumo, Henry Ford estabeleceu um código de conduta como critério de seleção dos empregados - que teriam participação nos lucros -, valorizando dedicação familiar e comunitária, comportamento econômico e caráter. O pagamento de salários mais elevados imprimia ao controle social um duplo objetivo: elevar a eficiência na produção e educar bons consumidores e cidadãos. Assim, os mecanismos de controle social asseguravam que os rendimentos fossem convertidos em consumo. Foi a materialização do slogan: "um automóvel para cada família" (ibidem).

Ao observar como se deu essa reorganização social na sociedade americana, Gramsci constata nos anos 30 que:

> "a americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança através de meios próprios, como "sociedade civil", concentração industrial e do monopólio" (Gramsci,1976, p. 388).

[9] Sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção (Sandroni, 1994).

Apesar das mudanças ocorridas na primeira metade do século XX com a instituição da produção e consumo de massa, este último só veio se estabelecer de fato na segunda metade do século, quando o aumento dos salários generalizou-se, com a instituição do modelo do bem-estar social, que significava maior poder de fogo dos sindicatos para garantir que os ganhos de produtividade fossem repassados aos salários dos trabalhadores. Na primeira metade do século o consumo em massa não foi possível, "em nível global", pois os altos salários estiveram restritos a alguns setores da economia americana.

Mas não há um consenso a respeito do significado do fordismo. Ferreira (1993) destaca que mesmo na formulação do conceito de fordismo nos trabalhos dos autores da Escola Francesa da Regulação (EFR)[10] podem ser identificados pelo menos dois significados para o termo. Um mais geral, onde ele designa o modo de desenvolvimento - articulação entre regime de acumulação intensiva e um modo de regulação monopolista, que marcaram o período de crescimento econômico experimentado depois da segunda grande guerra, conhecido como "a Era de Ouro". Outro mais restrito, onde fordismo costuma designar um princípio geral de organização da produção (compreendendo paradigma tecnológico, forma de organização do trabalho e estilo da gestão).

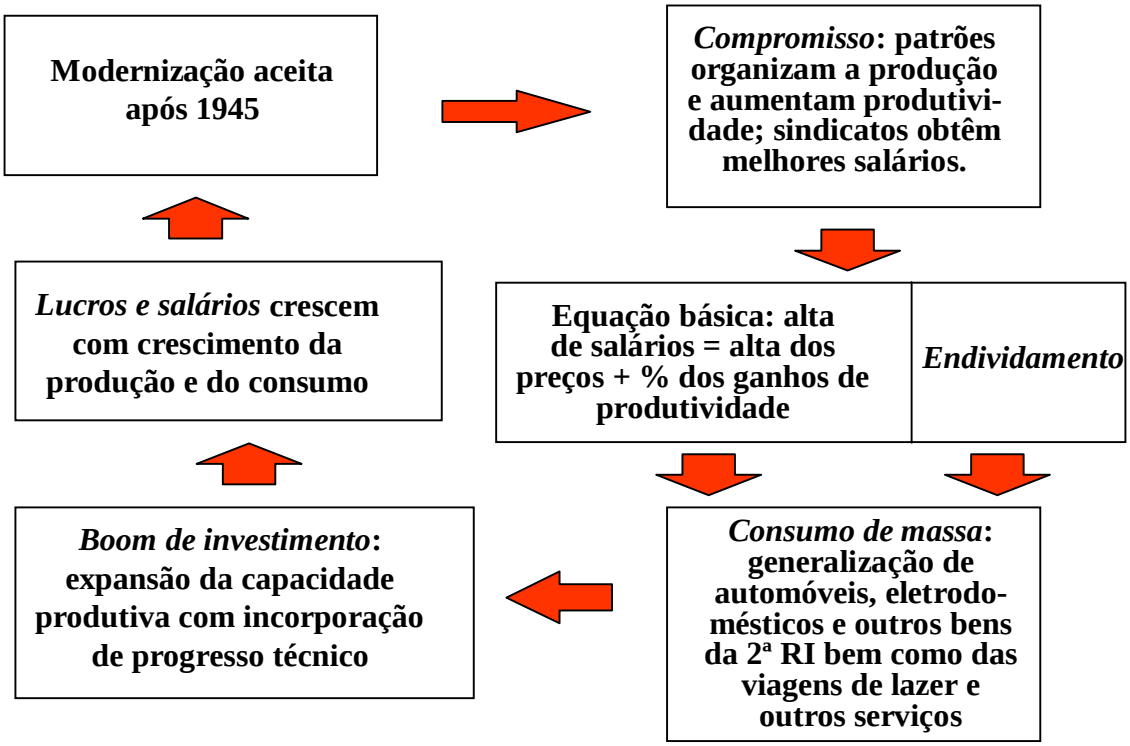
Neste trabalho adotar-se-á a definição mais geral, cujo funcionamento pode ser representado, quanto às suas características básicas, pelo denominado círculo virtuoso do fordismo. O princípio básico desse fluxo circular está na relação entre capital e trabalho estabelecida no pós-guerra. Tanto na ótica do trabalhador, quanto na das empresas (privadas ou estatais) a concorrência é feita via instituições. De um lado, cabe a estas últimas organizar a produção e aumentar a produtividade. Do outro, os sindicatos são responsáveis por tentar obter maior parcela dos ganhos de produtividade associados à difusão dos padrões fordistas de produção e consumo.

---

[10] "O debate acerca da crise econômica contemporânea, seus desdobramentos e as possíveis saídas para a mesma (emergência de novos paradigmas ou modelos), tem frequentemente colocado como ponto de referência importante a problemática construída pela chamada "Escola Francesa da Regulação" e, em particular, o conceito de fordismo e a interpretação/diagnóstico desta crise de esgotamento do fordismo" (Ferreira, 19993)

**Diagrama 1**

**A Lógica fordista esquematizada pelos regulacionistas**




Fonte: Adaptado de Gélédan (1998, cap. 8)

Os ganhos de produtividade incorporados aos salários contribuíram para a generalização do consumo, mas não foram os únicos responsáveis por ela. A aquisição dos bens também foi garantida via endividamento dos trabalhadores: financiamento de habitação, de bens etc.

A mudança nos padrões de acumulação e regulação fordista na segunda metade do século permitiu um crescimento econômico sem precedentes ao compatibilizar, durante um longo período, regime de acumulação e modo de regulação; este último, compreendido por mecanismos que permitem a reprodução do sistema. Não foi por acaso que a produção em massa no início do século gerou a crise de 1929, quando uma produção em massa não teve como contrapartida um consumo de massa, sendo

portanto uma crise de superprodução. Por isso, a elevação dos salários reais e a difusão do crédito foram fundamentais para a sustentabilidade do crescimento econômico inaugurado no pós guerra.

Apesar do fordismo assumir formas nacionais diversas em função de especificidades político-sócio-culturais - "fordismo híbrido" no Japão, "flexível" na antiga Alemanha Ocidental, "democrático" na Suécia, "retardatário e imperfeitamente institucionalizado" na Itália, "impulsionado pelo Estado" na França, "falho ou defeituoso" na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, fordismo "genuíno" (Boyer, 1990) - de um modo geral, a atuação dos sindicatos teve importância crucial no processo histórico de formação e consolidação da norma salarial fordista, sem a qual, a difusão do turismo e de outros serviços provavelmente não teria sido possível.

Não cabe nos limites deste trabalho expor as especificidades de cada forma nacional assumida pelo fordismo. O que vale ressaltar é a importância dessa norma salarial (salários relativamente altos e crescentes para compensar a organização do processo de trabalho predominante[11]) para a generalização do consumo, em geral, e das viagens de lazer em particular.

No final da década de 60, o crescimento econômico inaugurado no pós-guerra começou a desacelerar. São várias as razões apontadas como responsáveis pela limitação desse crescimento. Ferreira (1993), sistematizando os diversos fatores apontados nas análises existentes a respeito dos limites do crescimento, ressalta a opinião de vários autores de que o fordismo, enquanto sistema de produção, tornou-se improdutivo. O esgotamento da capacidade do sistema para gerar ganhos de produtividade possui razões de ordem técnica, econômica e social e ambiental.

> "Quanto aos 'limites técnicos' do fordismo são apontados problemas que revelam uma excessiva rigidez do sistema face às necessidades colocadas pela atual conjuntura econômica mundial - que exige soluções mais flexíveis, tanto de ordem técnica quanto organizacional. (...) A procura crescente dos retornos de escala

[11] Profunda divisão e especialização do trabalho, estruturas empresarias muito hierarquizadas, ênfase na mecanização (automação rígida) para a resolução dos problemas técnicos e sociais.

> levou à construção de plantas industriais cada vez maiores, que devem produzir para uma fatia significativa do mercado global, tornando mais difícil o equilíbrio da linha de montagem em relação à evolução da demanda, não só em termos qualitativos (a mudança de modelos), como quantitativos (adaptação a choque de curto prazo)" (Ferreira, 1993, p. 9).

Em termos sociais as tensões eram amplas em decorrência da incompatibilidade entre redução nos ganhos de produtividade e rigidez salarial. Em termos ambientais, as polêmicas já alcançavam nível mundial. Tendo em vista a dependência contextual dos valores de uso, ou seja, a intensificação da exploração dos produtos naturais devido à produção e ao consumo, a democratização por meio destes, encontrou na terra uma sólida limitação ambiental (Altvater, 1995). Parecia insustentável a manutenção de uma ação tão intensiva sobre a natureza como a praticada pelo modelo fordista, que não incorporou custos ambientais na massificação da produção e do consumo.

Nessa medida, os desdobramentos da crise na década de 70 englobaram mudanças fundamentais que se deram no bojo desse processo de esgotamento do fordismo, ao mesmo tempo em que apontaram possíveis alternativas de saída da crise: 1) a revolução tecnológica ou "terceira revolução industrial"; 2) as mudanças de cunho organizacional que se constituem em princípios inovadores nos processos de produção e organização do trabalho; 3) as mudanças nos mercados de produtos, determinadas pela transformação das formas de concorrência intercapitalista, onde a qualidade e a diferenciação dos produtos determinam cada vez mais as novas bases da competitividade (Coriat, 1991, **Apud** Druck, 1995, p. 67).

Segundo Ferreira (1993), no que se refere ao terceiro ponto, parece haver um consenso entre os autores da escola de regulação de que a era fordista da produção em massa de produtos indiferenciados, como se deu no pós-guerra, teria acabado em função de alterações ocorridas nos mercados e na concorrência. Em termos de mercado, nos estudos dos autores desta escola, verifica-se a passagem de uma situação de crescimento sustentado e regular da demanda durante a era de ouro do

fordismo, a uma conjuntura de crescimento mais lento e instabilidade da demanda, na qual as capacidades instaladas são, em muitos setores-chave, superiores à procura. Ou seja, não existe mais a garantia da saída de mercadoria e serviços como verificado em meados da década de 60. Isso imprimiu novas normas de concorrência, baseada na qualidade e diferenciação dos bens e serviços.

Tais mudanças foram provenientes da incapacidade dos sistemas rígidos de adaptarem-se às novas exigências do mercado. Buscam-se esquemas de produção flexíveis para adaptar-se às recentes exigências da demanda, que a partir da década de 60, incorpora, em suas decisões de consumo, preocupações de caráter ambiental.

De acordo com Hobsbawm *(*1995), o crescimento sem precedentes da Era de Ouro ofuscou os efeitos colaterais inerentes ao modelo que viabilizou este crescimento: a poluição e a deterioração ecológica. Em se tratando do turismo, essa despreocupação com o meio ambiente traduziu-se na redução dos retornos dos empreendimentos turísticos, porque a atividade turística depende diretamente dos recursos ambientais envolvidos no oferecimento do serviço. As pessoas parecem não estar dispostas a pagar caro por praias poluídas, ou paisagem depredada. Dito de outra forma, se por um lado o fordismo tornou acessível as viagens de lazer, por outro, contribuiu para depredar o palco do processo, reduzindo os lucros dos empreendimentos turísticos fordistas.

## 3.1 OS SUBPRODUTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

O crescimento experimentado pelos países centrais ao longo da história da humanidade e especialmente no período denominado era de ouro foi fundamentado numa visão mecanicista do mundo, na qual se pode antecipar, com precisão, qual a condição futura dos mercados[12]. Sob essa perspectiva, a regra geral é a completa reversibilidade. Em consequência disso, o fundamento da teoria de equilíbrio é que se

[12] A ambição dos primeiros neoclássicos era construir uma ciência à luz do modelo da mecânica ou, nas palavras de Jevons, "a mecânica da utilidade e do interesse próprio" (Georgescu-Roegen, 1976).

algo altera as propensões de oferta e demanda, a economia voltará a sua condição anterior, quando cessar a ação desta causa (Georgescu-Roegen, 1976). Transferir a análise mecânica para o processo econômico implica no que este autor considera o mito de que os ciclos econômicos não afetam o seu meio ambiente de matéria e energia:

> "O melhor exemplo da base epistemológica mecanicista da economia é o diagrama presente em quase todos os textos introdutórios de economia, no qual se apresenta o processo econômico como um fluxo circular auto-sustentável entre produção e consumo. No entanto o ponto crucial é que o processo econômico não é isolado e tampouco auto-sustentável. Um princípio fundamental que domina a orientação de economistas (neoclássicos ou marxistas) é o que foi enunciado por Pigou: num estado estacionário os fatores de produção são estoques, de quantidades fixas, das quais emerge um fluxo contínuo e fixo de renda real. Ambas as escolas compartilham a idéia de um estado estacionário de equilíbrio no qual um fluxo material emerge de uma fonte invariável" (Georgescu-Roegen, 1976, p. 6).

Mesmo dentro da física, essa visão circular já foi rompida desde o século passado. A termodinâmica assegura que os fenômenos reais implicam uma mudança qualitativa e separa a energia em duas categorias: a que pode produzir trabalho e a que não pode produzir trabalho, sendo que apenas a primeira pode ser utilizada (ibidem).

O conceito de entropia nasce dessa distinção e pode ser considerado como um índice da quantidade de energia indisponível num sistema num dado momento. É um índice de ordem (ou desordem) de energia e/ou de matéria: quanto maior a quantidade de energia disponível, menor o grau de entropia.

A lei da entropia reconhece que o universo material está sujeito a uma mudança qualitativa irreversível, e como todo processo de vida, o econômico também está sujeito a essa lei, que reconhece a diferença qualitativa entre os insumos (baixa entropia ou muita ordem) e os produtos finais e/ou dejetos sem valor (alta entropia ou pouca ordem).

A industrialização não levou em conta a perda da qualidade dos insumos no processo de transformação, notadamente no auge do fordismo, quando foi intensificada a utilização dos recursos naturais para a produção em massa. De um lado isso promoveu a devastação da natureza e a consequente diminuição da diversidade natural. Do outro, o aumento da quantidade de lixo e da emissão de poluentes. Ou seja, na busca do desenvolvimento (elevação da produção industrial, ampliação do mercado consumidor etc.) os países reduziram (e continuam reduzindo) a qualidade dos recursos naturais e do ambiente em que se encontram sem considerar que,

> (...) "desenvolvimento e meio ambiente encontram-se em uma relação recíproca: as atividades econômicas alteram o meio ambiente e o ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento. (...) Estes encadeamentos são, por um lado, mediados pelo mercado, na forma de restrições monetárias aos preços dos bens ambientais, por outro, uma parcela significativa dos mecanismos está fora do mercado" (Altvater, 1995).

Sob o ponto de vista entrópico, qualquer atividade (principalmente a humana) ou processo natural gera um *déficit* no sistema como um todo. Isto não é fator limitante enquanto os recursos naturais forem abundantes ou existirem substitutos próximos.

Hoje percebe-se que a difusão do modelo fordista, que levou à produção e ao consumo de massa, ocasionou uma elevação drástica na quantidade de dejetos e também no uso das reservas minerais e vegetais após a Segunda Guerra Mundial, notadamente nos países capitalistas centrais e nos países socialistas, estes últimos, donos de um sistema industrial arcaico, baseado em ferro e fumaça (Hobsbawm, 1995). Foi justamente essa intensificação no processo de produção industrial, em nível “global”, que despertou para o fato de que há limites naturais e que esses podem reduzir a qualidade de vida e elevar a demanda por bens e processos menos danosos ao meio ambiente. O modelo de industrialização do pós-guerra não se identifica com uma demanda mais exigente, inclusive do ponto de vista ambiental.

A evolução da crise de esgotamento do fordismo, desde a década de 70, foi acompanhada pela generalização dos movimentos ambientalistas. Esses processos

apontavam para novas condições do mercado e da competitividade. A saída da crise pressupunha modelos alternativos que incorporassem a preservação do meio ambiente ao processo produtivo. A regulação ambiental - assim como a qualidade e a diferenciação - passou a selecionar mercados. Ou melhor, a escolha de produtos e serviços menos danosos ao meio ambiente consistia numa diferenciação que se traduzia na melhoria da qualidade de vida.

## 3.2 O RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DO "CAPITAL NATURAL"

O fordismo tornou-se um sistema mundial em que, partindo dos EUA, os sistemas de transformação de energia localizavam-se nos países industrializados, com seus modos sociais de regulação correspondentes, enquanto que os países produtores de recursos naturais eram caracterizados, no âmbito da divisão internacional do trabalho, como ilhas de recursos naturais (Altvater, 1995).

O mundo capitalista desenvolvido sustentou seu crescimento econômico utilizando-se das reservas naturais dos países do terceiro mundo ao mesmo tempo em que lançava os rejeitos provenientes da sociedade de consumo industrial, na natureza, modificando o ambiente como um todo. Em suma, o direito de utilizar-se da energia global e poluir, causando danos irreversíveis ao meio ambiente esteve predominantemente nas mãos dos países industriais.

Isto não quer dizer que os países sudesenvolvidos não se industrializaram. Mas a manifestação do fordismo nos países do terceiro mundo, ou fordismo periférico, foi mais tardia nestes países e na maioria das vezes, menos intensiva do ponto de vista energético. Em grande parte dos países do terceiro mundo a industrialização iniciou-se com a produção de bens finais, essencialmente não duráveis, que utiliza uma quantidade menor de energia, só posteriormente, fazendo a transição para a produção de bens de consumo duráveis e bens de capital, notadamente no final da década de sessenta.

A trajetória industrial dos países do terceiro mundo, distinta da dos países centrais, permitiu que estes últimos utilizassem os recursos naturais dos primeiros até que seu modelo de produção entrasse em crise. No final da década de sessenta, quando a crise fordista já se manifestava nos países capitalistas desenvolvidos, os países do terceiro mundo começavam a intensificar sua produção industrial, mudando, inclusive, a sua composição industrial interna: passando da produção de bens de consumo não duráveis, para a produção de bens duráveis e de capital.

No Brasil, esse período de transição corresponde à época do milagre (1968-1973), quando o país cresceu a uma taxa em torno de 10% a.a., sendo que o crescimento industrial girava em torno dos 20% a.a. Em 1949, o setor de bens de consumo não duráveis representava 73% do valor da produção interna contra 2,5% de bens de consumo duráveis e 4,3% de bens de capital. Em 1980, a proporção de bens de consumo não duráveis tinha diminuído para 34% , enquanto que as de bens de consumo duráveis e de capital atingiram 14% e 15%, respectivamente (Gremaud at al, 1996).

Assim, a saída da crise dos países centrais parecia encontrar claras limitações no crescimento econômico dos países do terceiro mundo, tendo em vista o caráter intensivo do modelo de produção vigente. De um lado, a redução nos níveis de crescimento econômico nos países capitalistas desenvolvidos exigia modelos de produção alternativos. Do outro, o acelerado crescimento industrial dos países do terceiro mundo apontava para o fato de que a reprodução do padrão capitalista de consumo para o mundo subdesenvolvido não poderia ocorrer sem a redução do bem-estar das sociedades centrais.

Parece que, em função das limitações naturais para o crescimento industrial e para a disseminação do consumo em nível global, surgiu, no início dos anos setenta, uma onda de regulação social, cujo objetivo seria o de limitar a exploração intensiva dos recursos naturais, como a praticada no período pós-guerra. O consenso era notadamente amplo [entre os países centrais]. Parecia não haver qualquer outra área em que se concordasse tão amplamente [no primeiro mundo]com o fato de que,

quando deixadas a si próprias, as forças de mercado produzem resultados intoleráveis e insustentáveis (Kuttner, 1998).

O primeiro esforço "global" nesse sentido resultou na publicação, em 1972, do relatório do Clube de Roma, denominado "limites do crescimento", que trazia dados sobre esgotamento de reservas minerais, aumento da população etc., tentando demonstrar a inviabilidade da manutenção do atual modelo de crescimento industrial. Neste mesmo ano foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, sediada em Estocolmo. Até então o que se notava eram iniciativas pontuais na tentativa de regulamentar a exploração dos recursos ambientais: Convenção para a Regulamentação da Pesca da Baleia (Washington, 1946), Convenção dos vegetais (Roma, 1951), Convenção de Genebra sobre o Alto Mar (1958) e Convenção Sobre Áreas Úmidas do Irã (1971) (Nascimento e Silva, 1995).

Na época, a idéia da realização de uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente não teve uma repercussão positiva entre os países em desenvolvimento, que só neste período conheceram altos índices de crescimento industrial. Para muitos, o maior objetivo da conferência era desviar a atenção da comunidade internacional dos problemas ligados ao desenvolvimento dos países do terceiro mundo para a questão ambiental, que começava a ocupar atenção da opinião pública, principalmente nos países industrializados. Nos países em desenvolvimento o maior desafio a ser vencido era a pobreza.

Desde o início da discussão ambientalista, o Brasil assumiu a posição desenvolvimentista. Em 1970 e 1971, os representantes brasileiros argumentaram que os planos submetidos às Comissões preparatórias para a Conferência de 1972 identificavam-se com os problemas e as preferências dos países industrializados e desconsideravam as necessidades e as condições dos países em desenvolvimento.

De acordo com o Embaixador Miguel Osório de Almeida, "se toda poluição gerada pelos países industrializados pudesse ser retirada do mundo, a poluição mundial seria quase insignificante; ao contrário, se toda poluição atribuível diretamente a atividades

em países subdesenvolvidos pudesse ser retirada hoje do mundo, todos os problemas ligados à poluição continuariam a existir" (Nascimento e Silva, 1995). Logo, a responsabilidade pela grande parte da poluição era dos países industrializados e a eles caberia a sua solução. Os argumentos do Brasil e dos demais países subdesenvolvidos parecem ter sido considerados (pelo menos teoricamente), e na Declaração de Estocolmo consta que a maioria dos problemas ambientais existentes nos países em desenvolvimento são fruto do subdesenvolvimento.

Apesar das controvérsias, a Conferência de 1972 foi um marco importante do movimento ambientalista ao reconhecer e tornar público as implicações da continuidade de um desenvolvimento alheio às questões ambientais; e admitir que os problemas ambientais dos países em desenvolvimento são distintos dos problemas ambientais dos países industrializados.

Em 1987, através do Relatório *Brundtland*, foi introduzido o neologismo **desenvolvimento sustentável**[13], difundido rapidamente por todo o mundo. Esse paradigma emergente é baseado numa questão mais ampla da atividade econômica, que presta mais atenção ao ambiente físico e biológico no qual a produção e o consumo ocorrem (Panayotou, 1994).

O ponto básico dessa questão, para os países subdesenvolvidos, estaria na distância cada vez maior entre os países ricos e pobres como proporção do PIB. O enriquecimento daqueles se deu pela apropriação da riqueza global. Na verdade, o desenvolvimento sustentável deveria ser um meio de se reduzir esta distância, não de conservar os recursos dos países que, se por um lado possuem muitos recursos naturais, por outro detêm sérios problemas sociais (desigualdade na distribuição de renda, pobreza).

Na Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro - **ECO 92 -** foram delimitadas preocupações ambientais, culturais e econômicas visando estabelecer uma ordem internacional mais justa. O documento mais importante dessa Conferência foi a

*Agenda 21,* onde a comunidade internacional apresenta um planejamento destinado a atenuar, até o ano 2020, os principais problemas ambientais, como emissão de poluentes, manutenção da diversidade biológica, erradicação da pobreza, desertificação etc.

A tese do desenvolvimento sustentável permeia todos os documentos assinados durante a conferência do Rio de Janeiro, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Um dos grandes méritos dessa Conferência foi a ênfase dada à erradicação da pobreza. Enquanto que em 1972 a discussão foi sobre meio ambiente, em 1992 ela foi sobre meio ambiente e desenvolvimento (Nascimento e Silva, 1995).

O grande desafio dos modelos alternativos ao fordista parece ser preservar os recursos naturais, não como reserva para o mundo capitalista desenvolvido mas, como meio de gerar riquezas e fazer com que a degradação inerente ao desenvolvimento seja minimizada e seus frutos melhor distribuídos, ou seja, a questão ambiental passa a ser uma questão essencialmente social.

Fugindo da teoria dominante do crescimento ilimitado e considerando a questão entrópica surgem algumas alternativas teóricas para a solução das restrições ambientais, entre elas a Economia do Estado Estacionário (crescimento zero). Tal proposta desconsidera que mesmo a população e os estoques de capital permanecendo constantes, ainda assim os recursos continuam limitados (Lago e Pádua, 1989).

Um dos defensores dessa teoria argumenta que

> "O ponto de vista do estado estacionário leva em consideração tanto o *marxismo* quanto o *malthusianismo*. Com os marxistas, destaca que devem ser impostos limites à desigualdade e que a justiça social é uma pré-condição para o equilíbrio ecológico em todas as sociedades não totalitárias. Sem a reforma do direito de propriedade, o controle de nascimentos vai, no máximo, reduzir o número de pobres, sem eliminar a pobreza. Em sintonia com os *malthusianos,* o estado

[13] Aumento de produtividade vinculado ao crescimento da riqueza, repartição social do acréscimo de

> estacionário reconhece que, sem controle demográfico dos organismos humanos e de suas extensões nos manufaturados físicos, todas as outras reformas sociais serão anuladas pelo peso crescente da escassez, absoluta ou *malthusiana" (*Daly, **Apud** Tiezzi**,** 1988, p. 53).

Daly (1991) acredita que os países desenvolvidos devam manter seus níveis produtivos atuais, reajustando apenas suas instituições sob novos critérios. Nos países do terceiro mundo, contudo, o crescimento dos níveis produtivos seria fundamental para superar o estado atual de miséria.

Porém, parece existir uma certa incredibilidade quanto à possibilidade de se reunir o modelo industrial dos países ricos à preservação do ambiente global. Mesmo porque as restrições à prática de empreendimentos ecologicamente insustentáveis (praticados no mundo desenvolvido por séculos) estão presentes na forma de barreiras não tarifárias, restrições de consumo e de financiamento; ou seja, o principal problema ambiental, a apropriação desigual dos recursos naturais, seria mantido, não havendo redistribuição da riqueza global.

Ignacy Sachs, também na tentativa de encontrar um modelo econômico alternativo, propõe o *ecodesenvolvimento*, que desloca o problema do aspecto meramente quantitativo para concentrar-se na qualidade do crescimento. Sachs (1980) considera que a ação do homem nem sempre é ecologicamente negativa. Ele, apesar de não poder criar matéria ou energia, é capaz de rearrumá-la, criando paisagens naturais e agrícolas equilibradas com o ambiente natural. O modo como esta rearrumação pode ser feita indefinidamente ainda permanece sem resposta.

Em resumo, os autores acima citados apontam modelos alternativos de desenvolvimento, fugindo do modelo ainda dominante, que teve sua origem na Revolução Industrial e sua consolidação na era de ouro, com o fordismo, cuja base é a exploração do meio ambiente. Mas a maioria pensadores pós-fordistas[14], apesar de incorporarem mudanças significativas na concepção de mercado de produtos e nas

---

*welfare*, e relação com os recursos naturais orientada para o futuro.

[14] Pós fordista no sentido de não ser uma variação do fordismo, mas um modelo diferente.

formas de concorrência intercapitalista, ainda mede o crescimento de um país em termos de crescimento do PIB.

Apesar de incorporarem elementos qualitativos, os modelos pós-fordistas parecem não ter se distanciado muito do fordismo quanto a necessidade de crescimento econômico. As mudanças consistem substancialmente na substituição da produção em massa indiferenciada para a produção em massa de produtos diferenciados. Nessa passagem, podemos observar que as viagens de lazer, disseminadas no pós-guerra, também vão assumir um caráter diferenciado, a partir da década de 70. Nesse contexto surgem alternativas pós-fordistas de turismo, em resposta à demanda mais exigente e diversifica.

## 4 DO TURISMO DE MASSA AO TURISMO PÓS-FORDISTA

Até os anos cinqüenta o turismo foi uma atividade essencialmente elitizada, pois os custos com transportes eram altíssimos e os salários da grande maioria da população eram baixos, permitindo apenas gastos com itens de absoluta necessidade, em sua maior parte alimentos[15].

Somente a partir do período denominado Era de Ouro, quando o modelo fordista, através do seu círculo virtuoso, permite a distribuição dos ganhos de produtividade associados às normas fordistas de produção e consumo, é que os salários elevam-se e as pessoas vão ter disponíveis recursos para destinar à compra de outros itens. Na década de 1930, nos Estados Unidos, por exemplo, cerca de um terço dos gastos domésticos foram destinados à alimentação. No início da década de oitenta, esse valor correspondia a apenas 13% dos gastos, podendo o restante ficar disponível para outras despesas (Hobsbawm, 1995).

O crescimento econômico e os ganhos salariais, no pós-guerra, aliados à redução da jornada de trabalho para oito horas, que deixou o trabalhador com mais tempo disponível, bem como o desenvolvimento e difusão dos sistemas de transporte e telecomunicações permitiram que o turismo se generalizasse e se tornasse acessível a uma camada maior da população, despontando como uma atividade econômica importante a partir dos anos 50.

O turismo praticado pela classe média em ascensão nas três décadas subsequentes ao pós guerra, enquanto padrão de produção e de consumo, reproduziu o modelo fordista fabril: produção e consumo em massa de produtos indiferenciados, o que reforça a concepção de Gramsci (1976) de que o fordismo não se limita a um modelo fabril.

O turismo de massa praticado neste período concentrou-se predominantemente no litoral. Embora jamais tenha deixado de existir quem buscasse outras modalidades de lazer (esquiar, respirar o ar puro das montanhas, rezar, explorar riquezas

arquitetônicas etc.), as viagens com destino às praias ensolaradas foram dominantes no pós-guerra.

Devido à sua vocação costeira e por concentrar-se no verão, o turismo fordista também é conhecido como modelo dos 4S:

- *sun* (sol)*;*
- *sea* (mar)*;*
- *sand* (areia)*;*
- *sex* (sexo)*;*

De acordo com Cuvelier at al (1994), tal modelo é pobre em serviço e pouco diversificado, oferecendo um produto padronizado, "acessível" e feito sob a perspectiva do produtor.

O turismo fordista é baseado em enclaves, grandes construções completamente descoladas da paisagem e realidade local, e que, na maioria das vezes, se constituem em áreas de diferenças, onde o social local apresenta-se como um problema inevitável.

Mais do que isso, o ambiente natural, base da atividade, não é preservado. As grandes construções ocupam as paisagens naturais, modificando-as drasticamente. A poluição e a redução da diversidade acabam por reduzir a atratividade dessas ilhas de lazer, deslocando os turistas com maior poder aquisitivo para novas regiões, reduzindo a rentabilidade destes empreendimentos.

Se de um lado o círculo virtuoso do fordismo, via aumento dos salários, permitiu a generalização do turismo, do outro, a massificação da atividade acabou por constituir um círculo vicioso que impede que o modelo se reproduza com os mesmos níveis de rentabilidade.

---

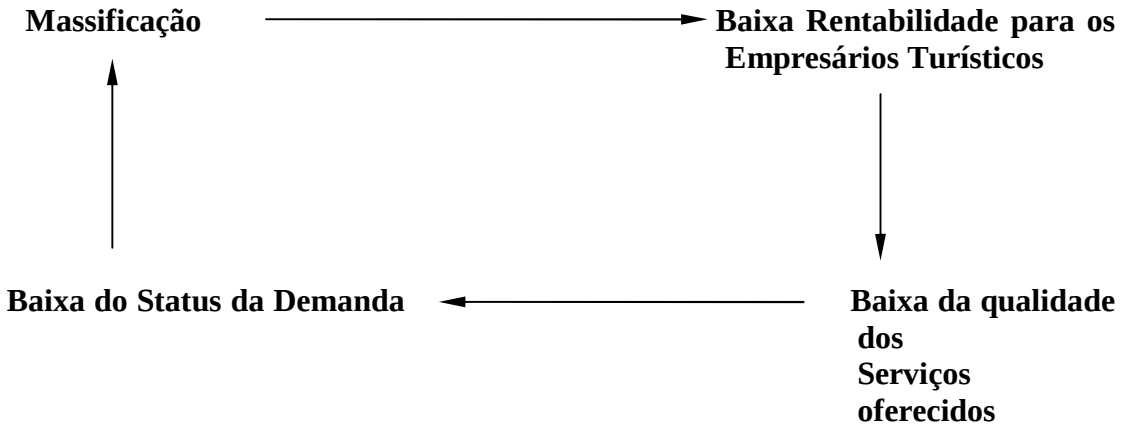
[15] Quanto menor a renda, maior a proporção dos gastos com produtos essenciais (Lei de Engels).

De acordo com Ferreira (1993), alguns autores acreditam que a redução da rentabilidade dos empreendimentos fordistas tradicionais - responsáveis pela produção em massa de produtos indiferenciados - deve-se aos limites técnicos do modelo como se estabeleceu no pós-guerra: plantas muito grandes que não se ajustaram muito eficientemente à evolução da demanda, cada vez mais diferenciada. Outros argumentam que o fordismo é muito eficiente, com relação à produtividade do trabalho e do capital, quando substitui sistemas mais antigos; no entanto, quando a questão não é expandir, mas aprofundar os mesmos métodos organizacionais, torna-se cada vez mais difícil manter os mesmos resultados. Esse tipo de incapacidade torna-se claro quando verifica-se que a maior flexibilidade dos empreendimentos fordistas atuais, ou neo-fordistas, onde os aspectos que constituem uma continuidade em relação ao paradigma fordista predominam sobre os elementos de ruptura. Nos considerados pós-fordistas, os elementos de ruptura são predominantes.

**Diagrama 2**

Círculo Vicioso dos Empreendimentos

Turísticos Fordistas




Fonte: adaptado de Cuvelier at al (1994)

Segundo Cuvelier at al (1994), a evolução da crise de esgotamento dos modelos turísticos fordistas, como verificada na Espanha, engloba mudanças nos padrões de consumo e competitividade verificados a partir da década de setenta. As alterações desses padrões, por sua vez, geram mudanças no mercado de produto, alterando as formas de concorrência intercapitalista .

A mudança no perfil da demanda verificada a partir dos anos 70, que tornou-se instável, volátil e diferenciada, exigindo maior flexibilidade na produção para atender a rápidas mudanças de mercado, implica uma maior exigência quanto à qualidade e a diferenciação dos produtos e serviços oferecidos. Logo, qualidade e diferenciação tornam-se elementos de competitividade (Druck, 1995).

Nesse contexto, surgem novos paradigmas que rompem com a produção de produtos padronizados e em grande escala. A atividade produtiva passa a ser mais flexível e descentralizada, com a produção em pequenos lotes.

No que se refere ao turismo, esta mudança de paradigmas implica em que o modelo de enclaves deixa de ser adequado, enquanto forma de atividade padronizada, na busca de competitividade, porque os turistas passam a buscar alternativas diferenciadas de lazer, onde não mais posicionam-se como massa consumista anônima. O turista passa a escolher as atividade de acordo com critérios pessoais: se gosta de perigo, pratica o turismo de aventura; se busca aprendizado, o turismo de estudo; se é desportista, procura programas específicos para a prática de atividades esportivas; se seu interesse for preservacionista, opta pelo ecoturismo. Enfim, não é mais o consumidor que deve se enquadrar aos pacotes padronizados oferecidos pelos empreendedores, mas estes que devem atender aos gostos diferenciados daqueles.

Dessa forma, para adaptar-se às novas exigências de mercado, aos poucos, a atividade turística tem mudado de perfil, tornado-se mais complexa, passando a ser tratada conceitualmente como um produto integrado e coordenado quanto à sua produção e distribuição.

Na década de oitenta, a metodologia linear utilizada nos estudos do turismo fordista, com enfoque eminentemente quantitativo, incorpora uma abordagem multidisciplinar e sistêmica, focando a atividade turística em várias dimensões. Esta incorporação, que inclui um enfoque qualitativo, busca adequar o turismo aos novos padrões de concorrência definidos pelas mudanças no padrão de consumo da demanda.

Na nova abordagem, os recursos turísticos (naturais, humanos, infra-estrutura etc.) deixam de ser os únicos elementos para a atividade turística. O turismo passa a depender também de capacidade de gestão empresarial, coordenação sócio-política, gestão ambiental, dentre outras.

Adotando essa visão sistêmica na análise da atividade turística, no que tange ao processo administrativo-gerencial, Rithie (1993, **Apud** Rejowski, 1996, p.56) propõe a formulação de programas de pesquisa para os anos noventa e subsequentes, mediante sete políticas selecionadas de acordo com a sua importância:

1) turismo e meio ambiente;

2) estímulo e incentivo ao turismo interno;

3) turismo e alterações demográficas e de estilo de vida em nível mundial;

4)avaliação dos impactos no turismo as oscilações econômicas, da desregulamentação e da privatização;

5) distanciamento entre os hemisférios Norte e Sul, e os conseqüentes atritos;

6) o turismo e a necessidade de recursos humanos;

7) impactos da tecnologia no turismo;

Este tipo de política supõe uma atividade turística diversificada e integrada à realidade da qual faz parte. É o que (Cuvelier at al 1994) chama de turismo pós-fordista, onde a resposta à segmentação da demanda está na produção sob encomenda de massa ou customização. Por isso, o turismo pós-fordista é um mosaico, cuja chave é a

qualidade. Qualidade esta que depende da gestão eficiente de todos os recursos envolvidos no turismo.

O turismo pós-fordista também é conhecido como o modelo dos 4E (Casa de Velasquez, 1990, **Apud** Cuvelier at al 1994, p. 99), onde as palavras-chave são:

- equipamentos (*équipemen*t - estruturas diversificadas);
- enquadramento *(encadrement* - pessoal do serviço turístico à escuta do cliente);
- evento (*événement* - abandono da passividade);
- meio ambiente (*environnement* - preservação do aporte da atividade turística)

Apesar do modelo de enclaves ainda ser dominante, o novo perfil da demanda exige uma maior variedade de alternativas de lazer. Observa-se o renascimento do rural, das atividades de montanha, rios, cachoeiras, observação da vida silvestre etc. Uma gama enorme de modalidades de turismo passa a dividir espaço com o tradicional turismo litorâneo e até mesmo este é pensado dentro de uma visão mais sistêmica.

A mudança na concepção do produto turístico acontece no bojo de dois movimentos: de um lado, a crise de esgotamento do modelo fordista, que aponta para mudanças, tanto de caráter organizacional, como no mercado de produto e nas formas de concorrência intercapitalista, onde qualidade, diferenciação e flexibilidade tornam-se elementos de competitividade. Do outro, a emergência de uma "consciência ambientalista", que generaliza as restrições ambientais como meio de determinar as relações comerciais. Esses dois movimentos são interdependentes, pois, a onda de regulação ambiental que foi difundida mundialmente a partir dos anos setenta é fruto da constatação da incapacidade da reprodução do sistema industrial do primeiro mundo para os demais países em função das restrições ambientais, ou seja, é fruto da sociedade industrial, notadamente a sociedade de consumo materializada no fordismo.

A atividade turística, portanto, passa por um processo de diversificação e flexibilização, abandonando a padronização e a rigidez do modelo fordista de turismo. Ela torna-se mais complexa e incorpora o meio ambiente como parte do processo de acumulação, porque descuidar da questão ambiental mostrou ser um dos principais fatores da redução de rentabilidade dos empreendimentos turísticos fordistas, à medida que o meio ambiente é a base de sustentação desta atividade. Por seu turno, a demanda incorpora qualidade ambiental em suas escolhas, passando esta, a ser um elemento importante de competitividade.

**Quadro 1**

O quadro a seguir mostra o contraste entre os modelos acima mencionados:

| Valores | Modelo dominante | Modelo alternativo |
|---|---|---|
| **Política** | Estruturas autoritárias<br>Hierarquia<br>Lei e Ordem | Estruturas participativas<br>Não-hierárquico |
| **Estrutura produtiva** | Centralizada<br>Larga escala<br>Associativa<br>Ordenada | Descentralizada<br>Pequena escala<br>Comunitária<br>Flexível |
| **Natureza** | Amplas reservas<br>Hostil/neutra<br>Controlável | Recursos limitados<br>Elemento de competitividade<br>Balanceada |
| **Conhecimento** | Confiança na ciência e tecnologia<br>Separação de valor/pensamento<br>Racionalidade de meios | Limites para a ciência<br>Interação de valor/pensamento<br>Racionalidade de fins |

Fonte: adaptado de Planejamento Ambiental, Almeida j. Ribeiro et al, p.7 **Apud** Dencker, 1999, p.35

A evolução dos modelos aponta para a transição do turismo de massa, para um turismo mais brando, com ênfase nos recursos ambientais e humanos. A concepção de que os recursos naturais são ilimitados e podem ser usados sem planejamento é substituída pela incorporação do meio ambiente no processo de planejamento da atividade, seja através de formulações de políticas ou do treinamento dos profissionais

envolvidos. A participação das populações envolvidas (visitantes, nativos e empreendedores) formam estruturas mais participativas e coordenadas, tornando a atividade mais integrada.

Enfim, a emergência de um novo modelo permite que se substitua a imagem do turismo como fator de poluição e destruição. A diversificação do mercado generaliza formas mais integradas de turismo e assegura uma participação crescente desses segmentos na atividade global, à medida que a integração com o meio ambiente se constitui numa exigência de mercado. É o caso do ecoturismo que, desde o início dos anos setenta, tem ganho um número crescente de adeptos em todo o mundo.

## 4.1 ECOTURISMO: UMA VIAGEM RESPONSÁVEL

Ao ouvir a palavra ecoturismo - neologismo criado por Hector Cebalolls no início da década de 1980 (Mourão, 1999) -, várias definições surgem em nossas mentes: viagem responsável, de observação, turismo de natureza, alternativo, de pequena escala, de aventura, verde, suave, nativo, cultural, esportivo, rural etc. São uma infinidade de designações que, apesar de diferirem em alguns aspectos, envolvem objetivos semelhantes: aliar turismo e preservação ambiental (ambiente natural e cultural).

De acordo com a definição adotada pela Embratur (1999)[16], "ecoturismo é um segmento da atividade turística que busca utilizar de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas". Envolve portanto, compromisso com a natureza como responsabilidade social.

[16] Esta definição foi concebida em 1994 por um grupo formado por representantes de entidades governamentais e não-governamentais que, a convite dos Ministérios do Meio Ambiente e da Indústria, Comércio e Turismo, analisou e estabeleceu as diretrizes para o Programa Nacional de Ecoturismo, implementado em 1995 (Mourão, 1999).

Não há um consenso no que diz respeito à origem dessa atividade: muitos acreditam que os visitantes que há um século chegaram aos parques nacionais de *Yellowstone* e *Yosemite* foram os primeiros ecoturistas; outros, que nasceu em Galápagos e Costa Rica nos anos cinqüenta (Lindberg; Hawkins, 1995).

Controvérsias à parte, o fato é que as raízes do ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre. É uma atividade em sua origem, preservacionista e, enquanto atividade econômica, nasceu da percepção da destrutividade ambiental da ação humana, notadamente na segunda metade deste século. Por isso, engloba um conjunto de idéias e estratégias voltadas para a luta em favor da preservação da natureza e dos recursos naturais e culturais.

A constatação de que o aumento da poluição nos grandes centros continua a piorar as condições de vida em muitas cidades, onde vivem 1,3 bilhão de pessoas, reforça a onda de regulação ambiental que se instaurou a partir da década de1970, e tende a aumentar a demanda por áreas naturais nos próximos anos.

A Organização Mundial de Turismo calcula que das 600 milhões de viagens previstas para o ano 2000, 180 milhões serão motivadas pelo desejo de conhecer ecossistemas conservados e culturas diferentes (Embratur, 1999).

A busca por áreas preservadas faz com que o ecoturismo seja rapidamente incorporado às políticas dos países subdesenvolvidos. No Quênia, por exemplo, os lucros diretos e indiretos com o ecoturismo são responsáveis por cerca de 10% do Produto Nacional Bruto do país, o que eqüivale a US$ 500 milhões ao ano (Lindberg; Hawkins, 1995). Em suma, o turismo de natureza, além de ser o ramo do turismo que mais cresce, se bem gerido, pode vir a ser um instrumento para preservar áreas frágeis e ameaçadas e um meio de propiciar oportunidades para o desenvolvimento das comunidades dos países em desenvolvimento.

Estima-se que existam no mundo cerca de 60 milhões de ecoturistas. Esse público frequentemente tem nível superior, renda acima de R$ 2 mil (Penteado, 1997, C-8) e

está disposto a pagar mais caro por esse tipo de viagem. Essa disponibilidade é fundamental no que se refere à atividade turística pois essa, é, por excelência, uma atividade cujo diferencial de preço custo depende essencialmente da existência de demanda com disposição para pagar (Azevêdo, 1998). Se os ecoturistas estão dispostos a desembolsar mais pela preservação, devidamente planejado, o ecoturismo torna-se uma opção atraente aos países subdesenvolvidos.

O interesse crescente pelo ecoturismo entre os governos dos países em desenvolvimento, os operadores comerciais, as organizações assistenciais e os conservacionistas dá a dimensão do seu grande potencial econômico e ambiental (Lindberg; Hawkins, 1995).

## 4.2 O SIGNIFICADO ECONÔMICO DO ECOTURISMO

A relevância econômica do ecoturismo deve-se ao fato do turismo ser uma das atividades mais importantes da economia global (Daneshkhu, 25/06/98, p. 07). Para que se tenha uma noção do peso real desta atividade dentro do turismo total, ao falar de números, é necessário, antes, conhecer a distinção conceitual existente entre indústria do turismo e economia do turismo. A primeira, compreende atividades turísticas propriamente ditas: organizações de viagens, transporte de passageiros, hospedagem, recreação etc. A segunda, reúne todas as atividades relacionadas indiretamente ao turismo, cujo produto é parcialmente consumido por turistas ou empresas da indústria de turismo, como serviços de saúde, indústria gráfica etc. (WTTC[17], 1999).

Utilizando-se desse critério a WTTC (1999) estimou, para 1999, a participação da economia do turismo no PIB mundial em aproximadamente 11,7%, algo em torno de US$ 3,5 trilhões. A atividade emprega cerca de 132,3 milhões de pessoas, o que corresponde a 8,2% do emprego no mundo. O faturamento com impostos é de US$ 655 bilhões. A participação da indústria de turismo no PIB global seria de 4,4%, cerca

[17] World Travel & Tourism Council. Entidade sediada em Londres que reúne estatísticas sobre a atividade turística.

de US$ 1,3 trilhões de dólares, empregando 67,8 milhões de pessoas, ou seja, 3,1% da força de trabalho mundial. Em qualquer hipótese, as perspectivas para o ecoturismo são favoráveis: enquanto a economia do turismo tem crescido 7,5% ao ano (na década de noventa), as atividades ligadas ao ecoturismo crescem cerca de 20%. Estima-se que represente de 5% a 8% do turismo global, estimando-se que, em 2005, possa alcançar 15% (IEB, 1998).

Esses números mostram o quão importante é a atividade turística na economia mundial. Mais ainda, a taxa de crescimento do ecoturismo em relação ao turismo total, confirma que a demanda tem incorporado qualidade ambiental em suas escolhas, sendo esta, um elemento importante de competitividade.

Apesar da receitas geradas pelo turismo, o Brasil apresenta uma participação modesta em relação ao turismo mundial: considerando o número de visitantes, ele encontra-se na 39º posição, em uma lista de 40 países divulgada pela Organização Mundial de Turismo (OMT[18]). Recebeu apenas 3,13 milhões de pessoas em 1998 (10% a mais que no ano anterior). Seu faturamento foi de US$ 2,77 bilhões, ficando atrás do México e da Argentina tanto em número de viajantes quanto em faturamento.

[18] A OMT tem por finalidade formular políticas para o desenvolvimento do turismo global e levantar dados estatísticos relacionados à atividade.

**Tabela 4**

Receita Gerada pela Indústria Internacional do Turismo para Cada País em 1998[19]

| País | Receita (Em US$ bilhões) | % do total |
|---|---|---|
| EUA | 74,24 | 16,7 |
| Itália | 30,42 | 6,8 |
| França | 29,70 | 6,7 |
| Espanha | 29,58 | 6,7 |
| Reino Unido | 21,29 | 4,8 |
| Alemanha | 16,84 | 3,8 |
| China | 12,50 | 2,8 |
| Áustria | 12,16 | 2,7 |
| Canadá | 9,13 | 2,1 |
| Austrália | 8,57 | 1,9 |
| México | 7,85 | 1,8 |
| Argentina | 5,36 | 1,2 |
| Brasil | 2,77 | 0,6 |

Fonte: Organização Mundial de Turismo **Apud** *GM*, 19/04/99, Américas, p. 4

No mesmo ano, o Brasil faturou algo em torno de US$ 38 bilhões (10% do PIB) nas atividades ligadas direta e indiretamente ao turismo, que geraram cinco milhões de empregos: no país, de cada dez trabalhadores, um está ligado à atividade turística. A maior parte das viagens foi feita por turistas domésticos (38,2 milhões), o que representou US$ 13,2 bilhões em receitas com o turismo interno; contra 4,8 milhões de turistas estrangeiros, que representaram um ingresso de divisas da ordem de US$ 3,6 bilhões (OMT **Apud** EMBRATUR, 1999).

Em virtude do Brasil representar apenas 0,6% da indústria internacional de turismo, ao nível internacional, a participação do ecoturismo aproxima-se de zero, pois este representa em torno de 5 % do turismo nacional. Mesmo sendo uma atividade ainda subaproveitada estima-se que, o ecoturismo gere 30 mil empregos diretos, no país, e conte com a participação de cinco mil empresas, pequenas e médias, em sua maioria criadas por biólogos, esportistas, fotógrafos, zoólogos etc. Os programas costumam ser organizados para pequenos grupos, com a orientação de guias especializados. Em

[19] excluindo gastos com transportes.

suma, a oferta de um serviço diferenciado e em uma escala reduzida são traços marcantes no ecoturismo (Embratur, 1999).

Em 1996, o ecoturismo representou 3% do turismo interno total. Em 1997 esse percentual foi de 5,5%. Amazonas e Pantanal foram os lugares preferidos pelos turistas. A despeito da preferência, no Amazonas, os recursos gerado por esse tipo de tirismo ainda são pequenos, US$ 35 milhões, correspondentes a 0,35% do PIB estadual. Nesse Estado, o crescimento da atividade tem sido possível devido à melhoria das infra-estruturas e preservação das tradições nativas. A preservação de tradições regionais populares tem se mostrado muito importante para o sucesso da atividade, pelo fato dos turistas de natureza não buscarem apenas as belezas naturais, mas também conhecer a realidade local, seus costumes, suas festas. Assim, o festival do Boi Bumbá, que acontece no final de junho, na cidade de Paratins, é o evento que mais atrai turistas para o Estado (GM, 26/11/99, p. 02).

Em consonância com as exigências da demanda, o Brasil tem buscado a profissionalização da atividade turística, investindo na melhoria e criação de infra-estrutura, treinamento etc., visando garantir uma maior participação no turismo global. Esta parece ser uma trajetória previsível, haja vista os indicadores positivos da atividade, principalmente no que se refere à geração de emprego e renda e o fato do turismo atuar como indutor de crescimento em muitos lugares no mundo, sobretudo em países subdesenvolvidos. Considerando a segmentação da atividade e a incorporação do meio ambiente na escolha dos consumidores, as políticas de incentivo ao setor apontam para descentralização, com ênfase no ecoturismo.

## 4.3 O ECOTURISMO E A POLÍTICA DE TURISMO NACIONAL

A descentralização da atividade turística foi incorporada efetivamente à política nacional de turismo com a implementação do Programa Nacional de Municipalização do turismo (PNMT). Esse programa visa concentrar os processos de planejamento e gerenciamento nos municípios, já que o turismo é uma atividade que se desenvolve

através de atrativos localizados, utiliza serviços e gera impostos primordialmente municipais. Logo, o envolvimento da comunidade nos programas implantados é fundamental para que esses sejam bem sucedido. Mesmo porque, os impactos da atividade (negativos ou positivos) afetam primeiramente a população local.

De acordo com a Embratur (1999), o programa partiu de um projeto desenvolvido pela OMT em 1993 para países em desenvolvimento cujas propostas são:

- fortalecimento da infra-estrutura básica para atração de investimentos privados e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos dos municípios turísticos;
- modernização das leis;
- qualidade da gestão;

Do ponto de vista do planejamento, o PNMT, tem, na implementação do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), o instrumento para a captação de recursos. Esse programa busca o incremento do turismo regional, através da implementação de infra-estrutura básica em locais de potencial turístico, visando à captação de recursos privados. Em sua versão para o Nordeste[20] tem-se concentrado nos seguintes pólos:

[20] O PRODETUR-NE foi concebido a partir de iniciativas dos governos do Nordeste, da SUDENE, Banco do Nordeste, EMBRATUR e da Comissão de Turismo Integrado.

**Quadro 2**

Atuação do PRODETUR-NE

| Estados | Projetos |
|---|---|
| Paraíba | Centro Turístico do Branco |
| Pernambuco | Centro Turístico de Guadalupe |
| Sergipe | Zona Turística de São Cristóvão |
| Bahia | Costa dos Coqueiros e Costa do descobrimento |
| Ceará | Costa do Sol poente |
| Maranhão | Alcântara |
| Piauí | Costa das Dunas |
| Rio Grande do Norte | Rota do Sol |
| Alagoas | Costa Dourada |
| Minas Gerais[21] | Sítio Arqueológico de Monte Carlo |

Fonte: EMBRATUR (1999)

Segundo dados da EMBRATUR (1999), os investimentos da primeira fase do PRODETUR-NE tiveram resultados favoráveis:

- elevação da massa salarial;
- criação de 54.000 empregos diretos, levando a uma demanda adicional de bens e serviços;
- melhoria na qualidade de vida das populações urbanas devido a obras de saneamento, que beneficiam cerca de 400 mil habitantes com esgotamento sanitário e 92 mil habitantes com a instalação de abastecimento de água;
- implantação e melhoria de 295km de rodovias;
- recuperação de 140ha de patrimônio histórico;
- recuperação de 5.922ha de meio ambiente;
- ampliação e modernização de aeroportos;

[21] Apesar de não encontrar-se no Nordeste este Estado faz parte do PRODETUR-NE.

Os investimentos públicos em infra-estrutura básica já ultrapassaram US$ 2,5 bilhões em todo o Brasil. Somente no Nordeste, superam os recursos vindos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE). Atualmente, cerca de US$ 6 bilhões em projetos turísticos privados estão em execução no Brasil. Estima-se que até o ano 2.000 mais de US$ 20 bilhões serão investidos, sendo que boa parte desses recursos serão destinados ao ecoturismo (Tachinardi, 1998).

Buscando aumentar sua participação no ecoturismo, que aponta como tendência mundial, o governo lançou, em 1994, as linhas de atuação dessa atividade num documento intitulado Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo[22]. Essa iniciativa visa compatibilizar a atividade turística com a conservação de áreas naturais. Para tanto, a regulamentação da atividade tem-se mostrado decisiva, visto que é ela quem determina os limites de atuação de todos os agentes envolvidos no processo produtivo. Por isso a modernização das leis faz parte da proposta de desenvolvimento para o turismo da OMT.

Na tentativa de identificar os pólos de ecoturismo no país, EMBRATUR, em parceria com Instituto de Ecoturismo do Brasil[23] (IEB), está realizando um estudo cujo objetivo é detalhar o potencial do ecoturismo nacional. Em 1998 foi concluído o mapeamento das regiões Sul e Centro-Oeste. Em 1999 está sendo feito o mapeamento das regiões Nordeste, Norte e Sudeste. O levantamento dos pólos de ecoturismo consiste na identificação das falhas e vantagens das localidades onde é praticada a atividade. Com base nos resultados estão sendo indicadas melhorias e iniciativas para que os empreendimentos sejam bem sucedidos para todos os envolvidos: consumidores, administradores, povos nativos e fornecedores (Marcolini, 1998).

Esse tipo de iniciativa visando ao planejamento e coordenação da atividade é fundamental, pois em muitos casos, o ecoturismo causou mais problemas do que

---

[22] Este documento é fruto de uma ação conjunta da EMBRATUR e do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, através da Secretaria de Coordenação da Amazônia e do IBAMA.

[23] Instituição não governamental que dispões de consultores especializados para orientar filiados quanto à viabilidade de empreendimentos ecoturísticos. Oferece também ao público em geram, via internet, informativos a respeito da atividade.

promoveu benefícios. Alguns dos problemas mais significativos foram danos ecológicos e a degradação ambiental, o impacto negativo sobre a cultura local e a criação de dificuldades econômicas para as populações nativas. O surgimento de problemas urbanos em áreas consideradas rurais é um dos mais freqüentes problemas disseminação do ecoturismo (Lindberg, Hawkins, 1995).

Mas levando-se em conta o grande potencial natural do Brasil, suas especificidades regionais, e o fato das normas de comércio mundial estarem sendo elaboradas privilegiando os produtos e mercadorias considerados ambientalmente menos agressivos, o ecoturismo pode constituir-se em um instrumento para a garantia de mercado internacional.

## 4.4 O ECOTURISMO E A POLÍTICA BAIANA DE TURISMO: UM BREVE PANORAMA

A Bahia tem seguido as linhas dos programas nacionais de turismo e investido na profissionalização da atividade. Entre 1991 e 1997, o governo da Bahia investiu R$ 1,1 bilhão no Prodetur, entre recursos próprios e financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os investimentos foram feitos basicamente em obras de infra-estrutura básica nos pólos turísticos: saneamento básico, estradas, energia elétrica, esgotamento, aeroportos, recuperação de patrimônio histórico e preservação ambiental (PRODETUR, 1999).

Essas intervenções resultaram em obras de grande porte como a Linha verde, que abrange desde o litoral norte de Salvador até a fronteira com Sergipe; a restauração do Pelourinho, na capital do Estado; a reconstrução e posterior ampliação do aeroporto de Porto Seguro, a construção da estrada Ilhéus-Itacaré a construção do aeroporto de Lençóis, na Chapada Diamantina, um dos maiores atrativos ecoturísticos da região (ibidem).

Nos anos noventa, o Estado, ao incorporar atividade turística como alternativa de desenvolvimento, lançou algumas medidas institucionais, que muitas vezes

incentivam e coordenam o ecoturismo. O PRODETUR-Ba, por exemplo, tem promovido a criação de Unidades de Conservação, que são áreas legalmente protegidas, criadas pela esferas públicas, municipal, estadual ou federal, por decreto do Executivo, e assim consideradas conforme sua relevância ecológica, ambiental, paisagística e cultural (PRODETUR, 1999).

A criação de áreas de proteção ambiental não é novidade, mas na última década tem sido amplamente difundida devido à ênfase dada às questões ambientais nos últimos anos, traduzida na forma de restrições de consumo a empreendimentos muito agressivos ao meio ambiente. Somente na última década foram criadas 25 das 27 Áreas de Proteção Ambiental (APAs) atualmente existentes na Bahia. Tais áreas visam conter impactos negativos da atividade econômica sobre o meio ambiente.

Para coordenar a atividade turística, o governo estadual sistematizou as áreas destinadas ao turismo segundo as disponibilidades de atrativos, naturais e culturais, de suporte, de infra-estrutura urbana e de serviços. Duas modalidades de ocupação foram definidas: os complexos turísticos para o litoral e os circuitos turísticos para a região da Chapada Diamantina (Mattedi, 1999).

Os complexos e os circuitos turísticos são espaços equipados com infra-estrutura e serviços voltados para o implemento, desenvolvimento e consolidação da atividade turística, com determinação prévia do padrão de uso do solo, estabelecido através de zoneamento ecológico-econômico. Os complexos turísticos em andamento são compostos por diferentes áreas ou zonas: zonas de resorts; de residential service; de lazer e/ou esportes; cinturão verde e vila turística. Já os circuitos turísticos, além dos equipamentos dos complexos, devem dispor de outras modalidades de ocupação: resorts de montanha, SPAs, hotéis-fazenda, seguindo um padrão mais descentralizado, com ênfase para empreendimentos de pequeno e médio portes (ibidem).

O ecoturismo parece enquadra-se na categoria de circuitos turísticos, que prioriza investimentos de baixo impacto ambiental. Apesar disso, atualmente, a prioridade do governo encontra-se na consolidação dos Programas de Desenvolvimento Turístico da

Bahia, Zona Turística Costa dos Coqueiros e Zona Turística Costa do Descobrimento. Essas áreas correspondem ao modelo de ocupação de complexos turísticos, que, no caso baiano, engloba principalmente áreas litorâneas.

Mas o Estado também tem investido para consolidar seus pólos ecoturísticos: Chapada Diamantina, Itacaré e Barreiras. Somente no primeiro, até 2002, serão investidos pela Prodetur, cerca US$ 65 milhões, sendo que o dobro é esperado da iniciativa privada. A expectativa é de que sejam instalados 20.000 leitos nesta região, sobretudo em pousadas de pequeno e médio portes. (Lima, 1998).

O maior problema na exploração das áreas litorâneas para atividades supostamente preservacionistas, diz respeito ao tipo de ocupação a elas reservados: complexos turísticos. Vários estudos têm apontado para o fato de que o avanço de empreendimentos turísticos, sobretudo os de grande porte, acabam por provocar desestruturação de economias locais, que sempre recorreram aos recursos locais disponíveis, sem contudo comprometer sua conservação (Lindberg; Hawkins, 1995) (Mattedi, 1999).

Não cabe nos limites deste trabalho analisar os programas governamentais ou os impactos causados por eles. O objetivo é verificar se o Brasil e a Bahia estão, de alguma forma, adequando-se às mudanças no mercado turístico ocorridas a partir da década de setenta, o que de fato foi feito.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fordismo, como surgiu no início do século, enquanto modo de regulação social e regime de acumulação econômica, constituiu-se numa maneira de organização social, econômica, política, cultural e de relações com o meio ambiente. A racionalização taylorista do processo de trabalho e a organização do processo de produção que permitiram a produção em massa só se tornaram eficientes com a incorporação dos trabalhadores como consumidores porque uma produção em massa pressupunha uma demanda de massa, que só ocorreu na segunda metade deste século.

O pagamento de salários mais elevados traduziu-se num controle social com duplo objetivo: elevar a eficiência na produção e educar bons consumidores e cidadãos. Assim, os mecanismos de controle social asseguraram que os rendimentos fossem convertidos em consumo.

O padrão de acumulação e regulação fordista na segunda metade do século permitiu um crescimento econômico sem precedentes, quando tornou compatíveis modelos de produção e de consumo, este último, determinado pelas normas salariais fordistas (salários relativamente altos e crescentes para compensar a organização do processo de trabalho predominante), fundamentais para a generalização do consumo, em geral, e das viagens de lazer, em particular.

Mas a intensificação da utilização dos recursos naturais para a produção em massa promoveu a devastação da natureza e a consequente diminuição da diversidade natural.

Assim, diante das limitações naturais para o crescimento industrial e para a disseminação do consumo em nível global, surgiu, no final dos anos sessenta, uma onda de regulação ambiental, cujo objetivo foi limitar a exploração intensiva dos recursos naturais, como a praticada no período do pós guerra. Isso aconteceu porque a saída da crise dos países centrais encontrou limitações no crescimento econômico dos países do terceiro mundo, tendo em vista o caráter intensivo do modelo de produção

vigente. Logo, a evolução da crise de esgotamento do fordismo, desde a década de 70, foi acompanhada pela generalização dos movimentos ambientalistas.

No que se refere ao turismo, de um lado o círculo virtuoso do fordismo, via aumento dos salários, permitiu a generalização da atividade e do outro, a massificação da atividade acabou por constituir um círculo vicioso que impediu a reprodução do modelo, como se instaurou na Era de Ouro, com os mesmos níveis de rentabilidade.

Logo, o turismo fordista, predominantemente litorâneo e baseado em enclaves, passou a dividir espaço com alternativas pós fordistas de turismo, em resposta à demanda mais exigente e diversificada. Houve o renascimento do rural, das atividades de montanha, rios, cachoeiras, observação da vida silvestre etc. Uma gama enorme de modalidades de turismo passa a dividir espaço com o tradicional turismo litorâneo, e, até mesmo este, passou a ser pensado dentro de uma visão mais sistêmica.

Nesse processo, o ecoturismo, por ser uma atividade em sua origem preservacionista, enquanto atividade econômica, alcançou níveis de crescimento superiores ao da atividade turística total.

Tentando corresponder às exigências da demanda e garantir uma maior participação no turismo global, o Brasil buscou a profissionalização da atividade turística, investindo na melhoria e criação de infra-estrutura, treinamento etc. pois os indicadores oficiais da atividade são bem otimistas, principalmente no que se refere à geração de emprego e renda. Considerando a segmentação da atividade e a incorporação do meio ambiente na escolha dos consumidores, as políticas de incentivo ao setor apontaram para descentralização, com ênfase no ecoturismo.

A Bahia tem seguido as linhas dos programas nacionais de turismo e investido na profissionalização da atividade, inclusive para consolidar seus pólos ecoturísticos: Chapada Diamantina, Itacaré e Barreiras. Contudo, sua prioridade encontra-se na consolidação dos Programas de Desenvolvimento Turístico da Bahia, Zona Turística Costa dos Coqueiros e Zona Turística Costa do Descobrimento. Essas áreas, por

serem litorâneas, correspondem ao modelo de ocupação de complexos turísticos. Num total de três pólos ecoturísticos, dois encontram-se em zonas litorâneas, onde predominam os complexos turísticos, que geralmente são empreendimentos de grande porte, causando, portanto, maior impacto ao meio ambiente.

.

.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ALTVATER, Elmar. *O Preço da Riq*ueza. São Paulo: UNESP, 1995.

ANDRADE, José Vicente de. *Turismo Fundamentos e Dimensões*. São Paulo: Ática S.A., 1992

AZEVÊDO, José Sérgio Gabrielli. Pequena Reestruturação no Turismo e Comércio Varejista da RMS na Última Década. *Bahia Análise e Dados*, v. 8, n. 1, junho, 1998.

BEAUD. *História do Capitalismo*: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: brasiliense,1987.

BOYER, R. *A Teoria da Regulação:* Uma análise Crítica. São Paulo: Nóbel, 1990

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: 1987.

CARIDE, Daniela**.** BID Libera US$ 10 Milhões para Ecoturismo. *Gazeta Mercantil*, 16/10/97, A-7.

CARVALHO, Luis de. Turismo, o caminho é este. *Gazeta Mercantil*. 3/10/1998, A-3.( Comentários & Perspectivas).

COSTANZA, ROBERT. The Ecological Economics of sustainability. In: *Environmentally Sustainable Economic Development*: Building on Brundtland. Paris: UNESCO, 1991.

CUVELIER, Pascal, TORRES, Emmanuel, GADREY, Jean. *Patrimoine, Modèles de Tourisme et Développement Local*. Paris: L' Harmattan, 1994.

*DALY, Herman E.* From Empty-World Economics to Full-world Economics: recognizing na historical turning point. In: E*conomic Development:* Building on Brundtland. Paris: UNESCO, 1991.

DANESHKHU, Scheherazade. Indústria de Turismo deve Triplicar até o ano 2020. *Gazeta Mercantil*., 25/06/98, p. 07. (Viagens & Negócios).

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo. São Paulo*: Futura, 1998.

DRUCK, M. G. *Terceirização:* (Des)fordizando a Fábrica - Um Estudo do Complexo Petroquímico da Bahia. Novembro, 1995. (Tese de Doutoramento)

EMBRATUR. Empresa Brasileira de Turismo. *Programas Institucionais:* on line disponível na internet: http://www.embratur.gov.br/embratur/latprog.html, 1999.

FERREIRA, C. G. O Fordismo, sua Crise e o Caso Brasileiro. *Cadernos do CESIT*, Campinas, n. 13, 1993.

FILHO, Américo Pellegrini. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1993.

GÉLÉDAN, Alain. *Histoire des pensées économiques:* les contemprains: sirey, 1998, cap. 08.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Energy and Economic Myths.* NY: Pergamon Press, Elmsford , 1976. Capitulo I.

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In*: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976. p. 375-413.

GRANDE ENSICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1995.

GREAMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de, TONETO JR., Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea para cursos de Economia e Administração.* São Paulo: Atras, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos:* O Breve Século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras., 1995.

HOTÉIS entram na defesa do meio ambiente. *A Tarde* Turismo, 11/11/98, p. 4

IEB. Instituto Brasileiro de Ecoturismo. *Perguntas e Respostas***,** 1998. On line disponível na Internet: www.ecoturismo.org.br.htm, p. 53.

KUTTNER, Robert. *Tudo à Venda.* As Virtudes e os Limites do Mercado. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAGO, Antônio, PÁDUA. José Augusto. *O que é Ecologia***.** São Paulo: Brasiliense, 1989. (Edição especial enciclopédia britânica do Brasil).

LIMA, Neyse Cunha. Turismo Ecológico Pode Gerar Receita de R$ 170 milhões. *Gazeta Mercantil*. 01/10/1998, p. 1. (Regional Nordeste).

LINDBERG Kreg, HAWKINS Donald (editores). *ECOTURISMO:* um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995.

MARCOLINI, Adriana**.** Estudo Detalha Potencial do Ecoturismo. *Gazeta Mercantil*., 05/11/1998, p.07. (Viagens & Negócios).

MATTEDI , Maria Raquel Mattoso. Planejamento e Gestão do Turismo e do Meio Ambiente na Bahia. *Gestão e Planejamento*: Unifacs. Salvador, 1999, p. 35-63.

MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial*: 1790-1979. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.

MENÉ, Michel, Le. *A Economia Medieval*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MOURÃO, Roberto M. F. *Ecoturismo e Turismo Participativo,* 1999. (Apostilas). On line disponível na internet: http://wwwecobrasil.orr.br/hnpew/apostila.htm.

NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio do. *Direito Ambiental Internacional*: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e os Desafios da Nova Ordem Mundial. Rio de Janeiro**:** Thex, 1995.

NASSIF, Luís. A Hora do Turismo. *Folha de São Paulo*. Dinheiro, 14/08/99, p. 03.

OMT. Organização Mundial de Turismo. On line disponível na internet: http://www.world-tourism.org\

PANAYOTOU, Theodore. *Mercados Verdes:* A Economia do Desenvolvimento Alternativo. Rio de Janeiro: Nórdica Ltda., 1994.

PENTEADO, João Ricardo. Ecoturismo deve movimentar US$ 6 bilhões em 1997. *Gazeta Mercantil*, 08/07/1997, C-8.

PRODETUR. *Regiões Selecionadas,* 1999. On line disponível na internet: http://www.bnb.gov.br/prodetur.htm.

REJOWSKI, Mirian. *Turismo e Pesquisa Científica:* Pensamento Internacional X Situação Brasileira. Campinas: Papirus, 1996.

RICARDO, Laécio. Na Rota do Turismo Ecológico. *Gazeta Mercantil*, 09/11/1998, p. 6. (Gazeta da Bahia).

SACHS, L. *Stratégies de L' écodéveloppement*. Paris: Ouvrières, 1980.

SANDRONI, Paulo (organizador). *Novo Dicionário de Economia.* São Paulo: editora *Best Seller*, Círculo do Livro., 1994.

TACHINARDI, Maria Helena. Bird Pede Adoção de Medidas Contra Poluição. *Gazeta Mercantil*, 7,8/06/1997, A-7.

TACHINARDI, Maria Helena. Turismo Atrai Investimentos Estrangeiros. *Gazeta Mercantil*, 09/09/98, C-B.

THOMAS, *Keith. O Homem e o Mundo Natural:* mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais(1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras., 1988.

TIEZZI, Enzo. *Tempos Históricos e Tempos Biológicos:* A Terra ou a Morte: Problemas da "Nova Ecologia". São Paulo: Nobel., 1988.

WILLIAMSON, J. *Economia Aberta e Economia Mundial.* Rio de Janeiro: Campos, 1989.

WTTC. World Travel & Tourism Council Statistics. *Satatistics.* On line disponível na internet: http//www.traveltax.msu.edu\, 1999.